INSTITUTO DA CONSTRUÇÃO
E DO IMOBILIÁRIO

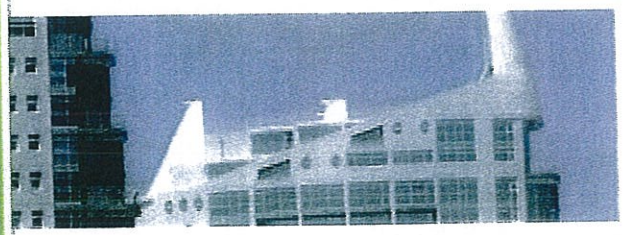




DAR FORMA AO FUTURO

PLANO DE ACTIVIDADES

2011



ÍNDICE

1. NOTA INTRODUTÓRIA 4
2. HISTÓRIA DO INCI 7
3. BREVE CARACTERIZAÇÃO DO INCI 10
4. MISSÃO – VISÃO – VALORES INSTITUCIONAIS 15
5. ANÁLISE AMBIENTAL 18
   5.1. Análise dos Stakeholders 18
   5.2. Análise SWOT 22
6. VECTORES ESTRATÉGICOS – OBJECTIVOS 26
7. MAPA ESTRATÉGICO 28
8. MAPA DE INDICADORES 30
9. MAPA DE ACTIVIDADES 32
10. RECURSOS HUMANOS 37
    10.1. Mapa de Pessoal 37
    10.2. Plano de Formação 38
11. RECURSOS PATRIMONIAIS 40
12. RECURSOS FINANCEIROS 42
13. ANEXOS 44
    13.1. Orçamento 2011 – Classificação Económica 44
    13.2. Demonstração de Resultados 2011 (Previsional) 46
    13.3. Balanço 2011 (Previsional) 47

1. Nota Introdutória

1. NOTA INTRODUTÓRIA

Na continuidade do trabalho desenvolvido, sob coordenação do actual conselho directivo, em funções desde Junho de 2009, perspectivam-se novos desafios para o Instituto da Construção e do Imobiliário, IP (InCI), em 2011.



António Flores de Andrade
Presidente

Fernando Oliveira Silva
Vice-Presidente

Numa sucinta retrospectiva a 2009 destaca-se a implementação, no final do ano, do Código de Ética e de Conduta e do Plano de Prevenção de Riscos de Gestão, incluindo os Riscos de Corrupção e Infracções conexas, documentos inéditos na história do Instituto, fundamentais na orientação das acções dos colaboradores tanto no plano interno como externo.

Ao nível da interacção com os agentes do sector foi efectuado um primeiro inquérito de opinião junto das empresas reguladas, procedeu-se à abertura de um posto de atendimento na Loja do Cidadão de Coimbra, foram desenvolvidas novas funcionalidades no Portal dos Contratos Públicos, tendo-se ainda lançado o Observatório das Obras Públicas.

No âmbito colaborativo foram assinados protocolos com diferentes entidades, tais como a Autoridade de Segurança Alimentar e Económica, a Direcção-Geral dos Impostos, o Laboratório Nacional de Engenharia Civil, a Agência Nacional das Compras Públicas, a Direcção-Geral do Consumidor, a Ordem dos Advogados e o Centro de Estudos de Direito Público e Regulação da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra.

No plano interno, foi desenvolvido um novo modelo de intranet visando a melhoria dos mecanismos de partilha de informação, disponibilizando-se, assim, a todos os trabalhadores, conteúdos úteis e informação relevante, dos quais se destacam as deliberações e os despachos do conselho directivo.

Relativamente ao ano de 2010, em curso, destaca-se a assinatura do Memorando e Protocolo de Entendimento estabelecido com a Comissão Nacional de Inscrição e Classificação de Empreiteiros (CONICLE) – congénere angolana do InCI – no âmbito da crescente intensificação da cooperação institucional com os PALOP.

De referir também a celebração de protocolos de colaboração com a Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, com o INOV INESC INOVAÇÃO - Instituto de Novas Tecnologias e com o Gabinete de Apoio Técnico da Universidade Técnica de Lisboa.

Estão actualmente em curso os trabalhos de elaboração do novo regime jurídico das actividades da construção e do imobiliário, que procede a uma profunda revisão dos actuais regimes jurídicos, bem como à regulação de novas actividades do sector. Estima-se que até ao final de 2010 o projecto seja concluído e sujeito a consulta dos organismos representativos das empresas e profissionais do sector, bem como dos consumidores.

Com a entrada em vigor deste novo regime o InCI passará a regular, para além das actividades da construção, mediação imobiliária e angariação imobiliária, também a promoção imobiliária, a avaliação imobiliária, a administração e gestão de condomínios, bem como o aluguer de equipamentos utilizados na construção.

No âmbito do projecto do desenvolvimento do Portal dos Contratos Públicos têm vindo a ser implementadas novas funcionalidades e serviços, tendo sido criado um centro de atendimento telefónico dedicado aos utilizadores deste portal, complementando assim a prestação de esclarecimentos efectuada via correio electrónico.

Em 2011 será dada continuidade à aposta na melhoria das funcionalidades e serviços do Portal dos Contratos Públicos, o qual será alvo de uma renovação que o transforme numa solução tecnologicamente mais consistente, permitindo igualmente a introdução de novos desenvolvimentos no respectivo Observatório das Obras Públicas.

No plano do relacionamento com os agentes do sector, prevê-se a entrada em funcionamento do Centro de Arbitragem e Mediação do Imobiliário e da Construção e o apoio à internacionalização das empresas da construção, através da disponibilização de informação útil e dedicada no Portal do InCI.

Por fim e de forma a contribuir para o desenvolvimento deste importante e estratégico sector da economia nacional, o InCI continuará a apoiar as iniciativas, designadamente legislativas, que contribuam para a promoção dos mercados da reabilitação e do arrendamento urbano, bem como o desenvolvimento sustentável do sector da construção e do imobiliário.

2. HISTÓRIA DO INCI

2. HISTÓRIA DO INCI

Nos seus diversos estádios de evolução o InCI conta já com meio século de existência.

A sua origem esteve na Comissão de Inscrição e Classificação dos Empreiteiros de Obras Públicas (CICEOP) que funcionava sob a presidência do Conselho Superior das Obras Públicas (CSOP). Criada em 1956, a CICEOP tinha como atribuição inscrever os empreiteiros de obras públicas que realizassem obras de valor superior a 250.000$00 (actuais 1.125 €), para as quais era obrigatória a detenção de um alvará.

Em 1970, em resposta ao desenvolvimento da indústria da construção civil, no segmento das obras particulares, a CICEOP alargou as suas atribuições passando a disciplinar também esse mercado, tendo, por isso, sido redenominada de Comissão de Inscrição e Classificação dos Empreiteiros de Obras Públicas e dos Industriais da Construção Civil (CICEOPICC), continuando a funcionar sob a égide do CSOP.

O incremento verificado no sector da construção, e consequente acréscimo de pedidos de alvará, originou uma reorganização estrutural da CICEOPICC, sendo esta autonomizada do CSOP.

Em consequência, foi criado, em 1988, o Conselho de Mercados de Obras Públicas e Particulares (CMOPP), organismo dotado de autonomia administrativa, na dependência do ministro responsável pelas obras públicas.

CONSELHO DE MERCADOS DE OBRAS PÚBLICAS E PARTICULARES

Mais tarde, em 1992, face à proliferação das agências de medição imobiliária, foram também cometidas ao CMOPP competências de regulamentação e fiscalização desta actividade, as quais competiam até então à Inspecção-Geral de Finanças.

Com o objectivo de responder eficazmente à necessidade de melhorar o sistema de qualificação das empresas, bem como de proporcionar uma efectiva capacidade inspectiva e fiscalizadora, o CMOPP foi, em 1999, transformado em instituto público, com a designação de Instituto dos Mercados de Obras Públicas e Particulares e do Imobiliário (IMOPPI).

IMOPPI
Instituto dos Mercados de Obras Públicas e Particulares e do Imobiliário

Já com a visão de potenciar a modernidade e competitividade dos mercados da construção e do imobiliário o IMOPPI foi dotado de relevantes atribuições, no tocante ao acompanhamento da aplicação das normas reguladoras das empreitadas de obras públicas, assim como das atribuições necessárias ao cumprimento das obrigações comunitárias relativas ao sector.

No âmbito do Programa de Reestruturação da Administração Central do Estado (PRACE) o IMOPPI foi reestruturado, em 2007, tendo-lhe sido definida uma nova missão, estrutura orgânica e orientação estratégica, passando a designar-se por Instituto da Construção e do Imobiliário, I.P.

INCI
INSTITUTO DA CONSTRUÇÃO E DO IMOBILIÁRIO

O InCI caracteriza-se por ser um instituto regulador orientado para a melhoria da competitividade e sustentabilidade das empresas do sector, sem perder de vista a intransigente defesa dos direitos dos consumidores.

Pauta-se por uma gestão por objectivos e por uma avaliação periódica em função dos resultados, assente na eficiência na utilização dos recursos disponíveis, na observância dos princípios gerais da actividade administrativa, na transparência e na prestação pública de contas.

3. Breve Caracterização do INCI

3. BREVE CARACTERIZAÇÃO DO INCI

Orgânica e Estatutos	Decreto-Lei n.º 144/2007 de 27 de Abril Portaria n.º 542/2007, de 30 de Abril
Natureza	Instituto público integrado na administração indirecta do Estado Autonomia administrativa e financeira e património próprio Dependência tutelar e sob superintendência do Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações
Órgãos	Conselho Directivo Conselho Consultivo Fiscal Único Comissões Técnicas Especializadas
Estrutura	Área Estratégica – 3 Gabinetes e 2 Departamentos Área Operacional – 3 Direcções e 3 Departamentos Área de Suporte – 1 Direcção e 1 Departamento
Actividade de Regulação	Qualificação Fiscalização e Inspecção Sancionamento
Actividades reguladas	Construção Mediação Imobiliária Angariação Imobiliária
Principais Indicadores (2009)	N.º de empresas inscritas – cerca de 69.000 N.º actos regulatórios efectuados – 10.964 N.º empresas inspeccionadas – 2.768 Total de coimas aplicadas – €293.750 Prazo médio ponderado de emissão títulos habilitantes – 35 dias Taxa cobertura de custos por proveitos operacionais – 131%
Recursos Humanos	1 Presidente e 1 Vice-Presidente 7 Dirigentes Intermédios de nível I e 6 Dirigentes Intermédios de nível II 111 Colaboradores
Recursos Financeiros	Orçamento anual no valor de 12M€ Actividade de regulação = 100% das receitas (dos quais 98% resultam das taxas de licenciamento das actividades)
Localização	Sede na Av. Júlio Dinis, nº11 – 1069-010 Lisboa Núcleo de inspecção na Região Autónoma da Madeira Lojas do Cidadão de Aveiro, Braga, Coimbra e Viseu.

Atribuições do InCI

Qualificar as empresas do sector da construção e do imobiliário cujo acesso à actividade e respectivo exercício estejam sujeitos a regulação;

Desenvolver acções de fiscalização e inspecção para verificação da existência, nas empresas, de condições legais para o exercício da actividade, instaurando processos sancionatórios quando tal se justifique;

Produzir informação estatística, no quadro do sistema estatístico nacional, e análises sectoriais pertinentes à área da construção e do imobiliário, que possam constituir uma referência para os agentes do sector;

Dinamizar iniciativas estratégicas tendentes a melhorar a competitividade e sustentabilidade das empresas do sector e tendo em vista a defesa do consumidor;

Assegurar uma actuação coordenada dos organismos estatais que actuem no sector da Construção e do Imobiliário;

Elaborar e propor ao Governo projectos legislativos e regulamentares, bem como de regulamentação técnica, relativos ao sector da Construção e do Imobiliário, dar parecer sobre quaisquer outros projectos legislativos relacionados com aquele sector e aprovar os regulamentos que sejam da sua própria competência legal;

Dar parecer sobre projectos de transposição de directivas emanadas da União Europeia, assim como desenvolver ou participar na elaboração de projectos legislativos de adequação da legislação nacional aos princípios comunitários;

Assegurar a representação nacional junto das instâncias comunitárias e internacionais relevantes para o sector;

Assegurar a representação do sector da Construção e do Imobiliário junto de quaisquer entidades e instâncias nacionais;

Assegurar a realização e divulgação de estudos e análises periódicas do comportamento dos agentes económicos e da evolução do sector, identificando fontes de informação, recolhendo dados, por si ou em colaboração com outras entidades, designadamente através da criação ou participação em observatórios dos mercados abrangidos pelo sector, e tratando a informação pertinente;

Assegurar o cumprimento das obrigações de informação periódica, junto de instâncias comunitárias, relativa às empreitadas de obras públicas;

Coordenar com a entidade competente a aplicação da lei da concorrência no sector da construção e do imobiliário, no respeito pelo princípio da economia de mercado e de livre concorrência;

Divulgar a legislação aplicável ao sector da construção e do imobiliário junto das empresas e empresários do sector, de entidades públicas e dos consumidores, colaborando, neste âmbito, com outras entidades;

Promover o desenvolvimento sustentável do sector da Construção e do Imobiliário;

Atribuições do InCI

Desenvolver acções conducentes ao fomento da mediação e arbitragem voluntária para a resolução de conflitos emergentes das actividades do sector da Construção e do Imobiliário, através da sua intervenção directa ou mediante a criação ou participação em entidades de direito público ou privado com este fim;

Estimular a competitividade e o desenvolvimento das empresas e empresários do sector da Construção e do Imobiliário, promovendo, nomeadamente através da criação ou participação em entidades de direito público ou privado, a adopção e implementação de novas tecnologias e métodos de trabalho que contribuam para a inovação, segurança e qualidade no sector e incentivando a formação profissional dos agentes económicos, bem como dos respectivos quadros de pessoal;

Promover a divulgação de informação sobre a sua actividade e sobre o sector por si regulados, pelos meios que considere mais adequados;

Tratar a informação necessária ao exercício das suas atribuições.

No exercício das suas Funções de Regulação, cabe ainda ao InCI:

Contribuir para a definição das políticas públicas no sector da Construção e do Imobiliário;

Atribuir os títulos habilitantes para o exercício das diversas actividades do sector da Construção e do Imobiliário cujo licenciamento, habilitação, qualificação, registo ou inscrição legalmente lhe incumba, bem como verificar as respectivas condições de permanência na actividade e avaliar o respectivo desempenho;

Acreditar entidades de direito privado para o tratamento de processos administrativos de atribuição de títulos habilitantes para o exercício das diversas actividades do sector da construção e do imobiliário e orientar e auditar o desempenho das entidades acreditadas;

Estudar e propor os indicadores económicos e as fórmulas de revisão de preços a aplicar em contratos de empreitada.

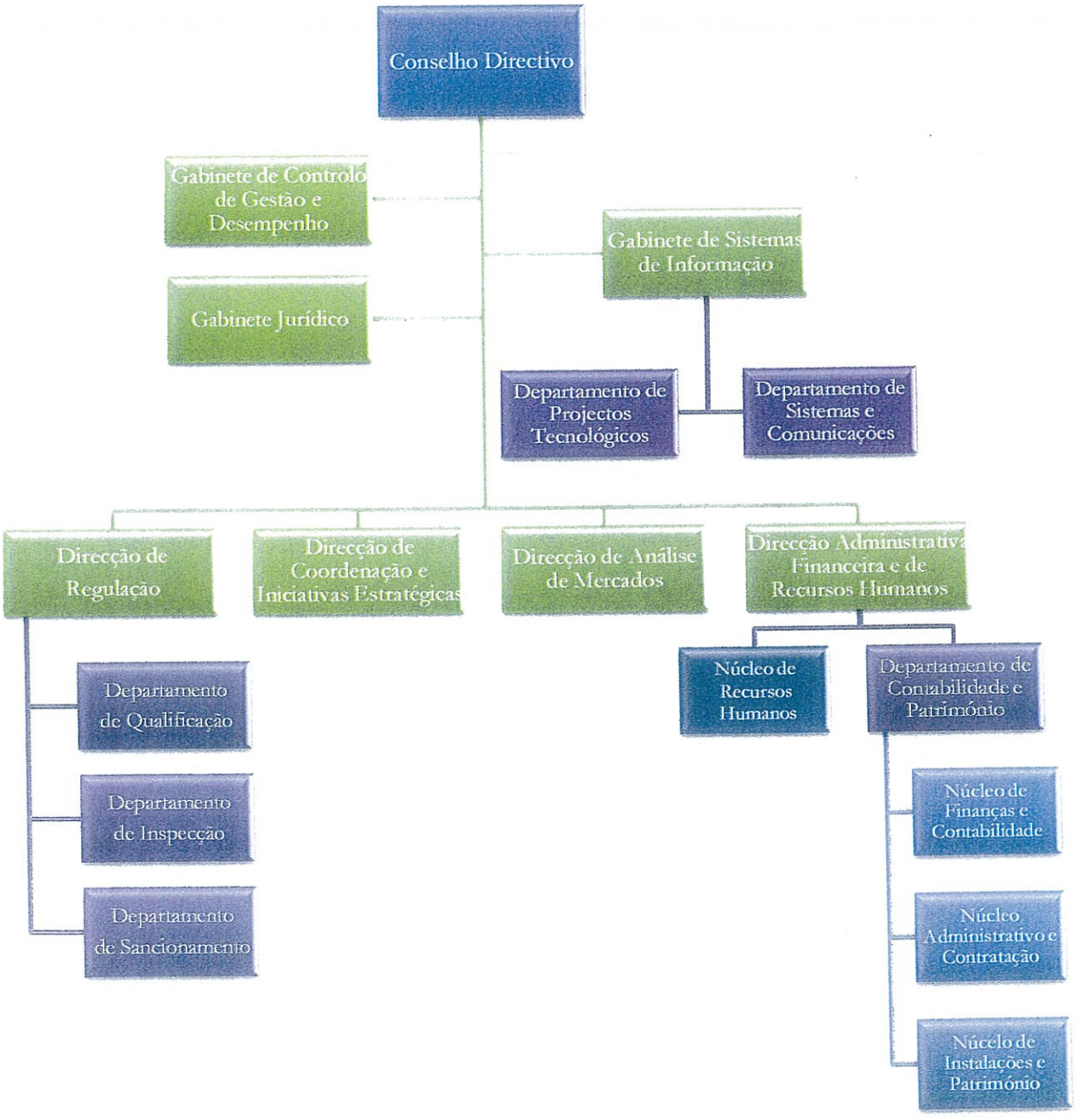
Competências recentemente atribuídas ao InCI:

Constituição e gestão do Portal dos Contratos Públicos (www.base.gov.pt) e do Observatório das Obras Públicas (oop.inci.pt)

Registo e gestão da base de dados de informação relativa às transacções imobiliárias efectuadas (Lei 25/2008, de 5 de Junho)

Fiscalização e sancionamento relativo à obrigatoriedade de disponibilização de livro de reclamações nas actividades de construção civil, promoção imobiliária, administração de condomínios e avaliação imobiliária (DL n.º 156/2005, 15 de Setembro)

A actual estrutura orgânica do InCI é representada através do seguinte organograma:



4. MISSÃO – VISÃO – VALORES INSTITUCIONAIS



4. Missão – Visão – Valores Institucionais

O InCI, anteriormente designado por IMOPPI (Instituto dos Mercados de Obras Públicas e Particulares e do Imobiliário), foi, em 2007, reestruturado, no âmbito do Programa de Reestruturação da Administração Central do Estado (PRACE), tendo-lhe sido definido uma nova missão, estrutura e orientação estratégica.

Compete-lhe, actualmente, para além de qualificar e fiscalizar os agentes económicos que exercem a sua actividade no sector da construção e do imobiliário, mobilizar, dinamizar e supervisionar todo o sector, assegurando uma actuação coordenada do Estado no respectivo âmbito.

Assim, e numa busca pela melhoria contínua que proporcione a maximização da sua eficiência organizativa, a estratégia do Instituto assenta nos seguintes pilares:

Missão	• Regular, fiscalizar e dinamizar o sector da Construção e do Imobiliário
Visão	• Contribuir para um Sector da Construção e do Imobiliário Moderno e Competitivo
Valores	• Rigor, Isenção e Credibilidade
Lema	• *Dar forma ao Futuro*

Neste enquadramento estratégico é importante salientar o carácter dinamizador constante da missão do InCI que ultrapassa a mera regulação e fiscalização do sector. Cabe, pois, ao Instituto assegurar a competitividade dos agentes económicos, garantir a defesa dos consumidores, construir uma sólida base de conhecimento e de informação sobre o sector e mobilizar os diversos intervenientes para a dinamização e crescimento sustentável do mesmo.

Existe, contudo, um caminho a percorrer para o cumprimento pleno desta missão, que, idealmente, levará à modernização e competitividade do sector da construção e do imobiliário. Para tal o Instituto tornar-se-á no mobilizador dos agentes económicos, contribuindo para o crescimento sustentado do sector.

Nesse caminho de crescimento e melhoria contínua a actuação do Instituto continuará a primar pelo respeito pelos princípios da boa gestão pública: Transparência, Legalidade, Eficiência, Eficácia e "Accountability".

No seu desempenho interno e na interacção com as demais entidades externas, o InCI procura nortear a sua actuação por valores institucionais, como o Rigor, a Isenção e a Credibilidade.

Independentemente de qualquer conjuntura, a actuação do InCI caracteriza-se pelo tratamento de todas as matérias com escrupuloso respeito pela lei, sem distinção de abordagem ou influência dos diferentes interlocutores, conquistando a confiança dos operadores económicos e cidadão em geral.

Neste enquadramento, o lema *Dar forma ao Futuro* transmite a confiança do Instituto no cumprimento da sua missão, criando condições para que as acções de hoje contribuam para o alcance futuro da desejada modernização e competitividade do sector da construção e do imobiliário.

5. ANÁLISE AMBIENTAL

5. ANÁLISE AMBIENTAL



No âmbito do planeamento das actividades para 2011, é importante efectuar-se um diagnóstico da situação actual do InCI através da análise dos Stakeholders (internos e externos), bem como da análise SWOT.

5.1. Análise dos Stakeholders

Os Stakeholders do InCI são todas as pessoas ou entidades que têm impacto no Instituto ou que, de alguma forma, são afectadas por este.

Principais Stakeholders do InCI (1/2)	
Internos	Conselho Directivo Dirigentes Intermédios Colaboradores
Externos	Tutela (Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações) Administração Pública – Secretaria Regional do Equipamento Social e Transportes da Região Autónoma da Madeira (SRES) – Secretaria Regional da Ciência, Tecnologia e Equipamentos da Região Autónoma dos Açores – Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC) – Agência Nacional de Compras Públicas (ANCP) – Direcção-Geral dos Impostos (DGCI) – Direcção-Geral do Consumidor – Inspecção-Geral das Obras Públicas, Transportes e Comunicações (IGOPTC) – Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (IHRU) – Instituto dos Registos e do Notariado (IRN) – Agência para a Modernização Administrativa (AMA) – Autoridade para as Condições do Trabalho (ACT) – Autoridade de Segurança Alimentar e Económica (ASAE) – Autoridade da Concorrência Meio Universitário – Centro de Estudos de Direito Público e Regulação (CEDIPRE) da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra – Universidade do Minho – Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto (FEUP)

Externos

Confederações, Federações, Associações e Fundações de Direito Privado

- CPCI – Confederação Portuguesa da Construção e do Imobiliário
- FEPICOP – Federação Portuguesa da Indústria da Construção e Obras Públicas
- AECOPS – Associação de Empresas de Construção e Obras Públicas
- AICCOPN – Associação dos Industriais da Construção Civil e Obras Públicas
- AICE – Associação dos Industriais da Construção de Edifícios
- AICOPA – Associação dos Industriais de Construção Civil e Obras Públicas dos Açores
- AIMMAP – Associação dos Industriais Metalúrgicos, Metalomecânicos e Afins de Portugal
- AIPOR – Associação dos Instaladores de Portugal
- ANEOP – Associação Nacional de Empreiteiros de Obras Públicas
- ANIMEE – Associação Portuguesa das Empresas do Sector Eléctrico e Electrónico
- ANMP - Associação Nacional de Municípios Portugueses
- APCMC – Associação Portuguesa dos Comerciantes de Materiais de Construção
- APEMIP – Associação dos Profissionais e Empresas de Mediação Imobiliária de Portugal
- APIEE – Associação Portuguesa dos Industriais de Engenharia Energética
- APIRAC – Associação Portuguesa da Indústria de Refrigeração e Ar Condicionado
- APS – Associação Portuguesa de Seguradores
- ARICOP – Associação Regional dos Industriais de Construção e Obras Públicas do Distrito de Leiria
- ASSICOM – Associação da Indústria Associação da Construção – Região Autónoma da Madeira
- CEEP Portugal – Serviços de Interesse Geral
- Fundação Bissaya Barreto

Entidades representativas de Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa

- Comissão Nacional de Inscrição e Classificação de Empreiteiros de Angola (CONICLE)
- Inspecção-Geral de Obras Públicas e Particulares de Cabo Verde (IGOPP)

Associações de Defesa do Consumidor

Ordens e Associações Profissionais
- Centro Distrital de Lisboa da Ordem dos Advogados (CDL-OA)
- Ordem dos Engenheiros
- Ordem dos Arquitectos
- Associação Nacional dos Engenheiros Técnicos
- Associação Portuguesa dos Arquitectos Paisagistas

Empresas do sector da construção e do imobiliário

Cidadãos

No primeiro semestre de 2009, foram realizados dois inquéritos de opinião junto dos colaboradores do InCI e das empresas do sector, estando prevista nova auscultação no último trimestre de 2010.

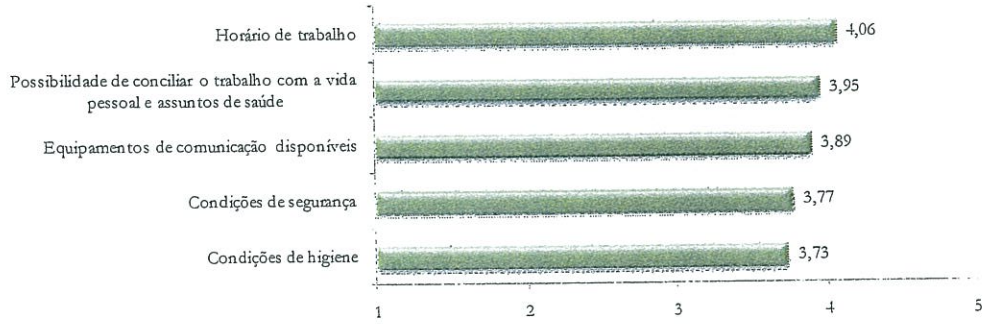
Os resultados destes inquéritos permitiram conhecer melhor as necessidades quer dos colaboradores quer dos agentes do sector contribuindo para a definição de medidas de melhoria que vão ao encontro das expectativas destes Stakeholders.

INQUÉRITO AOS COLABORADORES

Através do recurso a uma plataforma informática foram inquiridos todos os colaboradores do InCI dos quais 85% responderam ao inquérito de opinião.

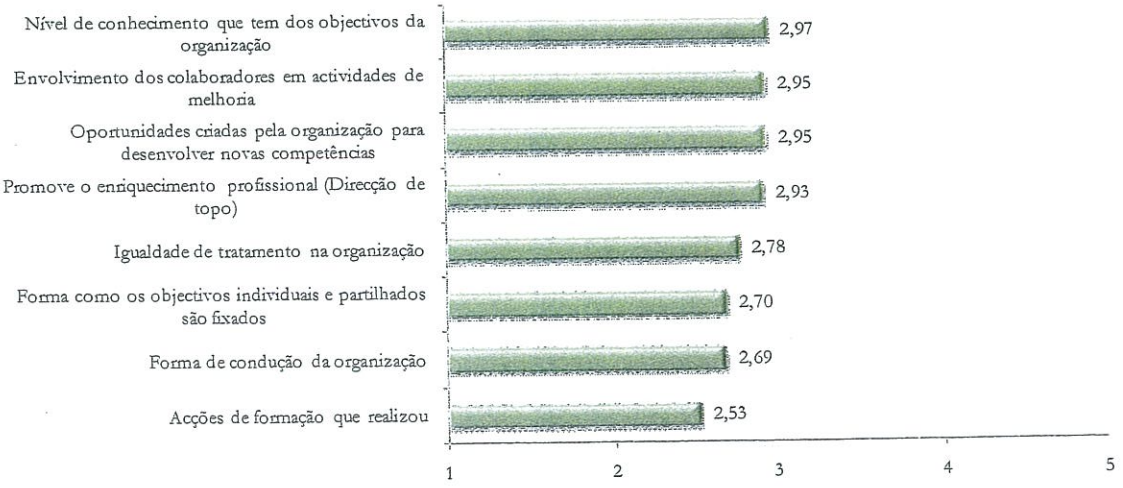
O resultado global do inquérito, numa escala de 1 a 5, foi de 3.25 valores.

As questões com maior grau de satisfação (valores médios superiores a 3.70) foram:



Escala: 1 – Muito Insatisfeito, 2 – Insatisfeito, 3 – Pouco Satisfeito, 4 – Satisfeito, 5 – Muito Satisfeito

Foram classificadas com níveis de satisfação inferior a 3 valores as seguintes questões:



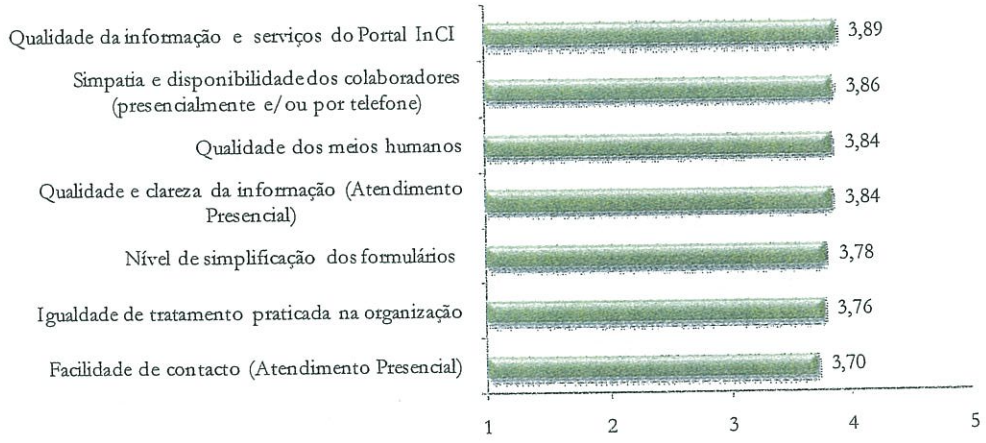
Escala: 1 – Muito Insatisfeito, 2 – Insatisfeito, 3 – Pouco Satisfeito, 4 – Satisfeito, 5 – Muito Satisfeito

INQUÉRITO ÀS EMPRESAS DO SECTOR

Através do mesmo processo informático foram inquiridas cerca de 60.000 empresas do sector, tendo-se obtido resposta de 3797 empresas.

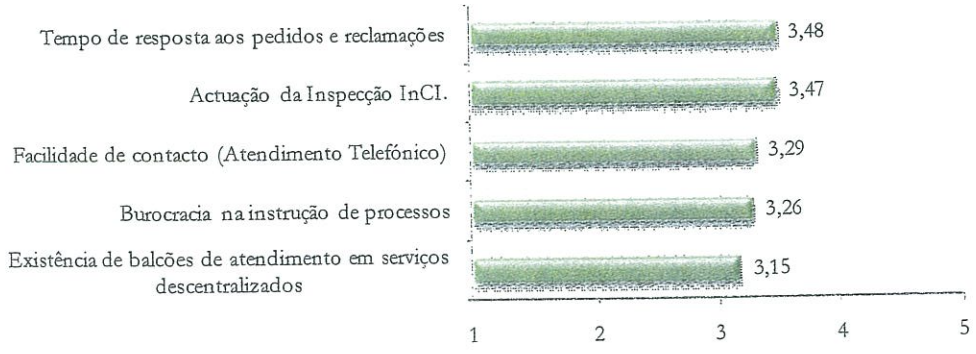
O resultado global do inquérito, numa escala de 1 a 5, foi de 3.62 valores.

Destacam-se as questões com maior grau de satisfação (valores médios superiores a 3,70):



Escala: 1 – Muito Insatisfeito, 2 – Insatisfeito, 3 – Pouco Satisfeito, 4 – Satisfeito, 5 – Muito Satisfeito

Em termos médios, 5 das 24 questões obtiveram um nível de insatisfação inferior a 3,5 valores, designadamente:



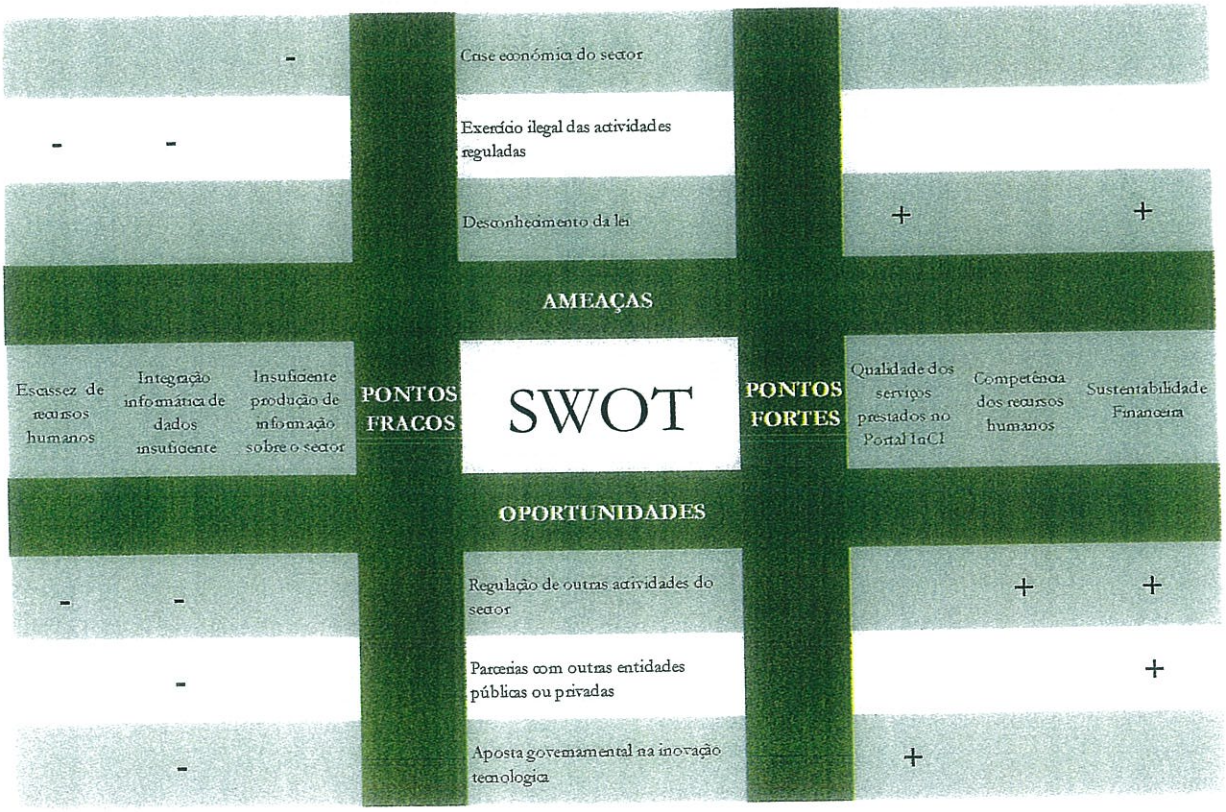
Escala: 1 – Muito Insatisfeito, 2 – Insatisfeito, 3 – Pouco Satisfeito, 4 – Satisfeito, 5 – Muito Satisfeito

5.2. Análise SWOT

A análise SWOT (*Strengths, Weaknesses, Opportunities, Threats*) tem como objectivo confrontar a envolvente interna – Forças e Fraquezas – com a envolvente externa – Oportunidades e Ameaças.

A confrontação destas envolventes traduz, por um lado, a forma como as forças do Instituto o defendem das ameaças e o ajudam a aproveitar as oportunidades, e por outro, o modo como as suas fraquezas o expõem às ameaças e o fazem desperdiçar as oportunidades.

Neste enquadramento foi assim efectuada a actual análise SWOT do InCI:



(+) Interacção positiva: Ameaça combatida ou aproveitamento da Oportunidade

(-) Interacção negativa: Ameaça potenciada ou Oportunidade desperdiçada

PONTOS FORTES

Qualidade dos serviços prestados no Portal do InCI

Nos últimos anos, foi efectuado um grande esforço de modernização do Portal do InCI (www.inci.pt), no âmbito da aposta governamental no Programa Simplex, sendo actualmente possível, através desta via, efectuar qualquer pedido ao Instituto, dispensando assim a deslocação a um posto de atendimento presencial.

Esta modernização foi valorizada pelos agentes do sector, que, através do inquérito realizado em 2009, destacaram a qualidade dos serviços do Portal como um dos pontos fortes do Instituto.

Aproveitando a aposta governamental na inovação tecnológica, pretende-se dar continuidade ao investimento no portal do InCI que, através da publicação de informação sobre o sector da construção e do imobiliário, contribuirá para a diminuição do desconhecimento da lei e para o aumento da eficácia e eficiência dos serviços prestados.

Competência dos recursos humanos

A previsão do alargamento das funções de regulação do Instituto a outras actividades do sector, como à actividade da Gestão e Administração de Condomínios, Avaliação Imobiliária, Promoção Imobiliária ou Aluguer de Equipamentos, será uma oportunidade de crescimento, sustentada com a competência dos recursos humanos do Instituto.

Da mesma forma, o aproveitamento destas capacidades proporcionará condições favoráveis ao eficiente estabelecimento de parcerias com outras Entidades da Administração Pública, para criação de interligações electrónicas, através dos sistemas de informação dos diferentes organismos, que permitam a partilha e transmissão de dados, dispensando a necessidade de prestação de informação por parte das empresas do sector, tais como, informações fiscais, de registo comercial ou de prestações sociais.

Sustentabilidade financeira

Cerca de 98% das receitas do InCI são provenientes das taxas que cobra na qualificação das empresas do sector da construção e do imobiliário, o que lhe permite gerir autonomamente um orçamento de cerca de 12M€. Esta situação garante-lhe uma autonomia financeira bastante sólida, que potencia a realização de vários projectos quer de alargamento das suas funções de regulação, quer de parcerias com outras entidades, para divulgação da legislação e informação relacionada com os sectores regulados.

PONTOS FRACOS

Escassez de Recursos Humanos

Nos últimos três anos, para além das atribuições provenientes da reestruturação de 2007, o InCI passou a deter novas competências: um papel interveniente no combate ao branqueamento de vantagens de proveniência ilícita e ao financiamento do terrorismo; a responsabilidade pela fiscalização da disponibilização de livro de reclamações em estabelecimentos de prestadores de serviços de várias actividades; a emissão de declarações a empresas estrangeiras para adjudicação de obras públicas; a criação e gestão do Portal dos Contratos Públicos e do Observatório das Obras Públicas. A evidente escassez face a novas atribuições e competências, acrescida da passagem à aposentação, desde 2007, de cerca de 10% dos colaboradores, reflectiu-se na capacidade de resposta aos pedidos obtidos, no número e abrangência das acções de inspecção efectuadas, bem como na capacidade de atendimento do público. Prevê-se, por isso, para 2011, um reforço de 30 colaboradores no seu Mapa de Pessoal.

Integração informática de dados insuficiente

O sistema de informação do InCI reúne um conjunto de aplicações que têm sido introduzidas ao longo do tempo verificando-se hoje uma grande heterogeneidade funcional e tecnológica. Uma das consequências mais relevantes é a falta de integração de dados. Esta situação diminui a capacidade de combate ao exercício ilegal da actividade, comprometendo também a eficiência na regulação de outras actividades e na parceria com entidades públicas para partilha electrónica de dados. Assim, para além da continuidade de iniciativas que visam uma integração de dados mais eficiente pretende-se introduzir novas aplicações que permitirão uma melhoria imediata em áreas que hoje requerem uma multiplicidade de recursos e tempos de resposta dilatados. A forte aposta que se perspectiva para 2011, na continuidade dos trabalhos já iniciados em 2010, será um dos instrumentos privilegiados para a melhoria dos serviços do InCI alinhando estas iniciativas com as orientações governamentais na inovação tecnológica.

Insuficiente produção de informação sobre o sector

Para além de regular e fiscalizar o sector da construção e do imobiliário, cabe ao InCI produzir informação sobre o mesmo, construindo uma sólida base de conhecimento e de informação que permita a definição e avaliação de políticas sectoriais e de estratégias de negócio. O Observatório das Obras Públicas, a dinamizar em 2011 contribuirá para esse desiderato.

6. VECTORES ESTRATÉGICOS

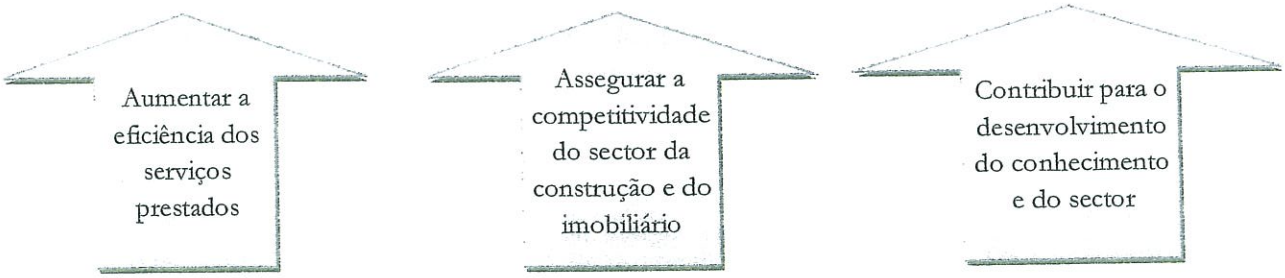
6. VECTORES ESTRATÉGICOS – OBJECTIVOS

A análise ambiental efectuada permitiu identificar como factores críticos de sucesso do InCI, designadamente:

- A capacidade de resposta, em tempo útil, aos pedidos de qualificação das empresas;
- O número de empresas inspeccionadas;
- A disponibilização de informação sobre o sector.

Por outras palavras, para que o sector da construção e do imobiliário se torne moderno e competitivo será fundamental que o InCI desenvolva as suas atribuições de uma forma cada vez mais eficiente e que seja criada uma sólida base de conhecimento e informação sobre o sector que permita a definição e avaliação de políticas sectoriais e de estratégias de negócio.

Desenham-se, assim, as grandes linhas de acção em **três vectores estratégicos**:



Considerando estes vectores estratégicos, de forma a cumprir a missão, respeitando os valores e tendo por fim atingir a visão, foram definidos os **seguintes objectivos**:

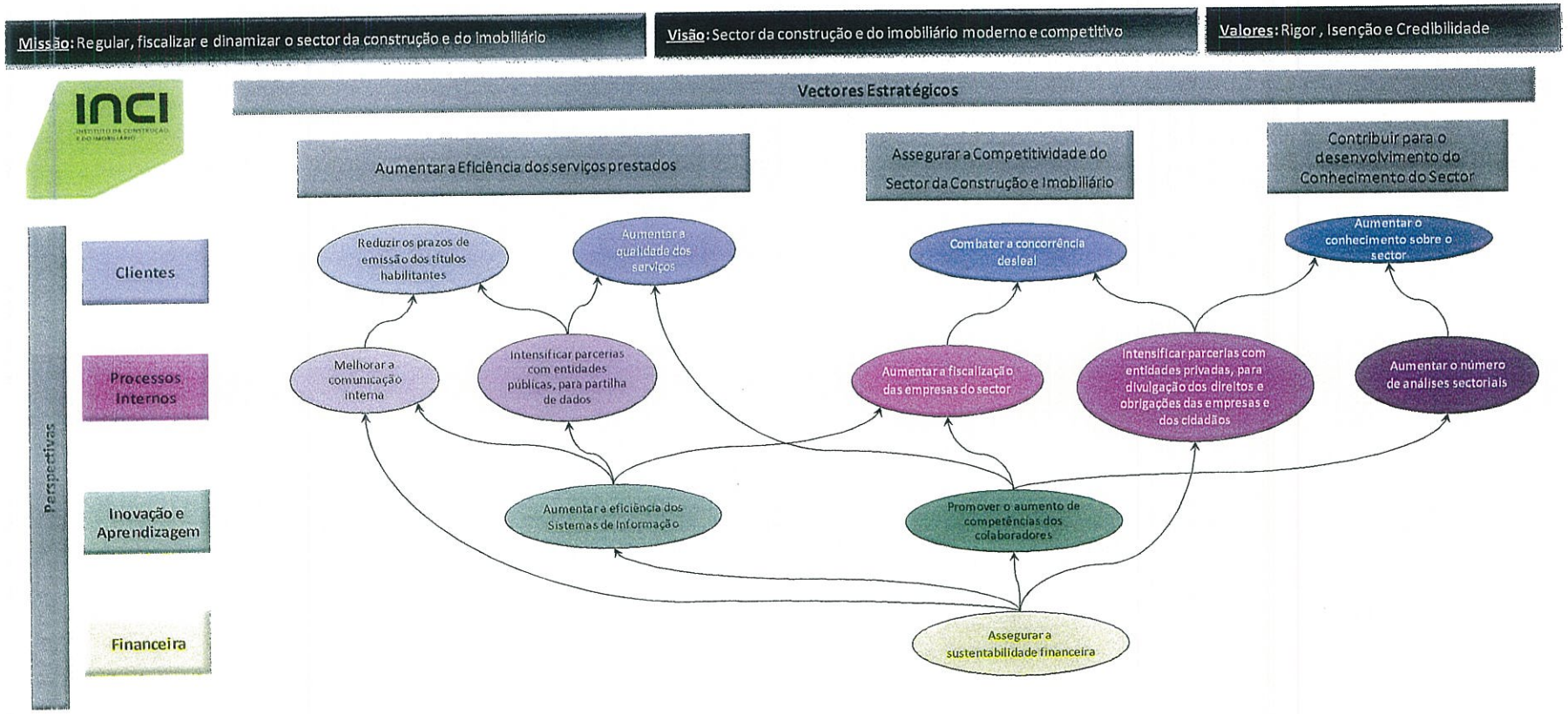
Reduzir os prazos de emissão dos títulos habilitantes; Aumentar a qualidade do serviço; Melhorar a comunicação interna; Intensificar parcerias com entidades públicas para partilha de dados; Aumentar a eficiência dos sistemas de informação.	Combater a concorrência desleal; Aumentar a fiscalização das empresas do sector; Intensificar parcerias com entidades privadas para divulgação dos direitos e obrigações das empresas e dos cidadãos; Promover o contínuo aumento de competências dos colaboradores.	Aumentar o conhecimento sobre o sector; Aumentar o número de análises sectoriais.

Assegurar a sustentabilidade financeira

7. MAPA ESTRATÉGICO

7. MAPA ESTRATÉGICO

Tendo em conta os vectores estratégicos identificados e os objectivos definidos, foi desenhado o Mapa Estratégico segundo as quatro perspectivas: Clientes, Processos Internos, Inovação & Aprendizagem e Financeira.



Este mapa apresenta os pilares estratégicos do InCI, através do qual é possível visualizar as ligações existentes entre os 12 objectivos apresentados por diferentes perspectivas: 4 Objectivos na perspectiva Clientes (OC), 5 Objectivos na perspectiva Processos Internos (OP), 2 Objectivos na perspectiva Inovação e Aprendizagem (OI) e 1 Objectivo na perspectiva Financeira (OF).

8. Mapa de Indicadores

8. Mapa de Indicadores

A monitorização dos 12 objectivos definidos para 2011 será feita com recurso aos seguintes indicadores e metas:

	Objectivos		Indicadores	Meta 2011
OC1	Reduzir os prazos de emissão dos títulos habilitantes	**IC1**	Prazo médio de emissão dos títulos habilitantes (dias)	30
OC2	Aumentar a qualidade do serviço	**IC2**	Grau de Satisfação dos agentes do sector (escala 1 a 5)	4
OC3	Combater a concorrência desleal	**IC3**	N.º de procedimentos de contra-ordenação concluídos	300
OC4	Aumentar o conhecimento sobre o sector	**IC4.1**	N.º de acções de divulgação dos estudos sectoriais realizados pelo InCI	2
		IC4.2	N.º de publicações no Portal do InCI sobre estudos sectoriais	4
OP1	Melhorar a comunicação interna	**IP1.1**	N.º reuniões gerais com todos os colaboradores	1
		IP1.2	N.º reuniões entre Conselho Directivo e Dirigentes	4
OP2	Intensificar parcerias com entidades públicas para partilha de dados	**IP2**	N.º de protocolos estabelecidos com entidades públicas	2
OP3	Aumentar a fiscalização das empresas do sector	**IP3**	N.º de acções de inspecção realizadas	2500
OP4	Intensificar parcerias com entidades privadas para divulgação dos direitos e obrigações das empresas	**IP4.1**	N.º de protocolos estabelecidos/alargados com Associações Empresariais	2
		IP4.2	N.º de acções de divulgação/informação efectuadas em parceria com as Associações Empresariais	6
OP5	Aumentar o número de análises sectoriais	**IP5**	N.º relatórios sectoriais realizados pelo InCI	4
OI1	Aumentar a eficiência dos sistemas de informação	**II1**	N.º de soluções informáticas implementadas/reformuladas	3
OI2	Promover o contínuo aumento de competências dos colaboradores	**II2**	Taxa de cumprimento do Plano de Formação	75%
OF1	Assegurar a sustentabilidade financeira	**IF1.1**	Taxa de cobertura de custos operacionais por proveitos operacionais	113%
		IF1.2	Custo operacional por acto regulatório (€)	980

9. Mapa de Actividades

9. MAPA DE ACTIVIDADES

De modo a atingir as metas dos indicadores fixados e cumprir os objectivos, destacam-se as seguintes actividades planeadas para 2011:

ACTIVIDADES PARA 2011		OBJECTIVOS PARA QUE CONTRIBUI												
		Reduzir os prazos de emissão dos títulos habilitantes	Aumentar a qualidade do serviço	Combater a concorrência desleal	Aumentar o conhecimento sobre o sector	Melhorar a comunicação interna	Intensificar parcerias com entidades públicas para partilha de dados	Aumentar a fiscalização das empresas do sector	Intensificar parcerias com entidades privadas para divulgação dos direitos e obrigações das empresas	Aumentar o número de análises sectoriais	Aumentar a eficiência dos sistemas de informação	Promover o contínuo aumento de competências dos colaboradores	Assegurar a sustentabilidade financeira
A1	Desenvolver os projectos informáticos em curso, designadamente, o Portal BASE, o Observatório das Obras Públicas, o Portal do InCI, o ERP, e a Intranet	X	X	X	X	X	X	X	-	-	X	-	-
A2	Implementar um sistema de gestão documental	X	X	-	-	X	-	-	-	-	X	-	-
A3	Conceber a arquitectura do projecto electrónico para o Bilhete de Identidade do Imóvel	-	-	-	X	-	-	-	-	-	-	-	-
A4	Estabelecer um protocolo com a Segurança Social e com o Instituto de Registos e Notariado para partilha de dados via ligação electrónica	X	X	-	-	-	X	-	-	-	X	-	-
A5	Instruir os pedidos de concessão, reclassificação e revalidação dos diferentes títulos habilitantes	X	X	X	-	-	-	-	-	-	-	-	X
A6	Implementar rotinas ao nível informático que permitam verificar periodicamente o cumprimento das condições mínimas de permanência nas actividades da construção e mediação imobiliária	-	-	X	-	-	-	-	-	-	-	-	-
A7	Implementar mecanismos que permitam simplificar os procedimentos e automatizar o tratamento processual relativo aos pedidos relacionados com o exercício das actividades reguladas	X	X	-	-	-	-	-	-	-	-	-	X

	ACTIVIDADES PARA 2011	OBJECTIVOS PARA QUE CONTRIBUI												
		Reduzir os prazos de emissão dos títulos habilitantes	Aumentar a qualidade do serviço	Combater a concorrência desleal	Aumentar o conhecimento sobre o sector	Melhorar a comunicação interna	Intensificar parcerias com entidades públicas para partilha de dados	Aumentar a fiscalização das empresas do sector	Intensificar parcerias com entidades privadas para divulgação dos direitos e obrigações das empresas	Aumentar o número de análises sectoriais	Aumentar a eficiência dos sistemas de informação	Promover o contínuo aumento de competências dos colaboradores	Assegurar a sustentabilidade financeira
A8	Redefinir os procedimentos internos à luz das alterações decorrentes do novo quadro legal resultante da transposição da directiva serviços	-	X	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
A9	Realizar acções de inspecção e fiscalização no âmbito das actividades reguladas pelo InCI.	-	-	X	-	-	-	X	-	-	-	-	-
A10	Efectuar estudos e análises dos dados tipológicos com vista à produção de informação sobre o mercado da construção e do imobiliário	-	-	X	X	-	-	-	-	X	-	-	-
A11	Reduzir a duração da fase de instrução dos procedimentos de contra-ordenação e diminuir o número de pendentes	-	X	X	-	-	-	-	-	-	-	-	-
A12	Abrir novos balcões de atendimento: Porto, Évora e Ponta Delgada a)	X	X	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
A13	Implementar novos desenvolvimentos no canal de atendimento telefónico visando a diminuição dos tempos de espera	-	X	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
A14	Efectuar inquérito de opinião junto dos colaboradores do InCI d e dos agentes do sector	-	X	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

a) Actividade dependente de factores externos, nomeadamente o aumento do número de colaboradores

ACTIVIDADES PARA 2011		OBJECTIVOS PARA QUE CONTRIBUI												
		Reduzir os prazos de emissão dos títulos habilitantes	Aumentar a qualidade do serviço	Combater a concorrência desleal	Aumentar o conhecimento sobre o sector	Melhorar a comunicação interna	Intensificar parcerias com entidades públicas para partilha de dados	Aumentar a fiscalização das empresas do sector	Intensificar parcerias com entidades privadas para divulgação dos direitos e obrigações das empresas	Aumentar o número de análises sectoriais	Aumentar a eficiência dos sistemas de informação	Promover o contínuo aumento de competências dos colaboradores	Assegurar a sustentabilidade financeira
A15	Realizar, em parceria com outras entidades, projectos de formação e de incremento do conhecimento, dirigido aos mediadores e angariadores imobiliários, que vise a maior competitividade das empresas e a melhoria da qualidade dos serviços prestados ao consumidor	-	-	X	X	-	-	-	X	-	-	-	-
A16	Divulgar, junto das empresas, as regras e obrigações procedimentais e os deveres legais para com os consumidores, designadamente através de circulares e folhetos informativos	-	-	X	X	-	-	-	-	-	-	-	-
A17	Efectuar campanhas/acções de publicidade e de comunicação que incidam sobre as competências e a actuação do InCI enquanto regulador do sector da construção e do imobiliário	-	-	X	X	-	-	-	-	-	-	-	-
A18	Promover a divulgação do Portal dos Contratos Públicos e do Observatório das Obras Públicas, junto de instâncias nacionais e comunitárias	-	-	X	X	-	-	-	-	-	-	-	-
A19	Promover acções de esclarecimento junto dos operadores económicos da actividade de mediação imobiliária, mais especificamente das entidades franqueadoras, de modo a estimular o cumprimento das normas legais	-	-	X	X	-	-	-	-	-	-	-	-
A20	Realizar inquérito às entidades adjudicantes para avaliar o grau de satisfação na utilização do portal dos Contratos Públicos	-	X	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

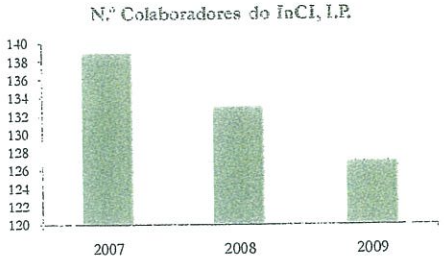
ACTIVIDADES PARA 2011		Reduzir os prazos de emissão dos títulos habilitantes	Aumentar a qualidade do serviço	Combater a concorrência desleal	Aumentar o conhecimento sobre o sector	Melhorar a comunicação interna	Intensificar parcerias com entidades públicas para partilha de dados	Aumentar a fiscalização das empresas do sector	Intensificar parcerias com entidades privadas para divulgação dos direitos e obrigações das empresas	Aumentar o número de análises sectoriais	Aumentar a eficiência dos sistemas de informação	Promover o contínuo aumento de competências dos colaboradores	Assegurar a sustentabilidade financeira
A21	Elaborar projectos de diplomas, emitir pareceres e efectuar análises jurídicas sobre o sector	-	X	X	-	-	-	-	-	-	-	-	-
A22	Promover acções de divulgação dos estudos sectoriais elaborados pelo InCI	-	-	-	X	-	-	-	-	-	-	X	-
A23	Desenvolver uma política de gestão de fornecedores baseada no desenvolvimento de critérios de selecção assentes em princípios de sustentabilidade financeira e ambiental, garantindo o cumprimento dos prazos legais de pagamento e das regras da Contratação Pública	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	X
A24	Efectuar um controlo orçamental da despesa através da elaboração de relatórios periódicos de execução orçamental	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	X
A25	Realizar campanhas internas de sensibilização para a redução de custos (papel, electricidade, água, comunicações, etc.)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	X
A26	Realizar anualmente uma reunião com todos os colaboradores	-	-	-	-	X	-	-	-	-	-	X	-

10. Recursos Humanos

10. Recursos Humanos

10.1. Mapa de Pessoal

Nos últimos anos os recursos humanos do Instituto têm apresentado uma redução efectiva, devido, essencialmente, à aposentação de vários colaboradores, pelo que a performance do InCI tem sido conseguida, sobretudo, através do aumento de eficiência e produtividade dos recursos existentes.



A prossecução das actividades propostas para 2011 implica necessariamente um aumento do número de colaboradores, o qual se justifica pela necessidade de dar satisfação a um número crescente de novas atribuições e ao próprio incremento do volume de trabalho do InCI, designadamente ao nível do tratamento das queixas recebidas, da necessidade de assegurar o normal funcionamento da linha de atendimento telefónico, bem como os recursos humanos destinados aos novos postos de atendimento do instituto.

Unidades Orgânicas	Real 2009	Aprovado 2010	Proposto 2011
Conselho Directivo	2	3	3
Secretariado e Apoio ao Conselho Directivo	6	6	6
Gabinete de Controlo de Gestão e Desempenho	2	4	3
Gabinete de Sistemas de Informação	1	1	1
Departamento de Projectos Tecnológicos	4	5	6
Departamento de Sistemas e Comunicações	2	3	3
Gabinete Jurídico	6	5	6
Direcção de Regulação	3	3	3
Departamento de Qualificação	29	29	35
Lojas do Cidadão	10	10	22
Departamento de Inspecção	19	19	23
Departamento de Sancionamento	8	8	14
Direcção de Coordenação e Iniciativas Estratégicas	4	4	3
Direcção de Análise de Mercados	5	6	5
Direcção Administrativa, Financeira e de Recursos Humanos	26	24	27
TOTAL	127	130	160

10.2. Plano de Formação

Dando continuidade à aposta na formação dos recursos humanos do InCI, propõe-se para 2011 um plano de formação assente nas seguintes áreas temáticas:

Área de Formação	N.º de Formandos	Horas Formação
Actividade do InCI	10	300
Direito	2	60
Regimes Especializados	26	780
Recursos Humanos	12	360
Gestão Pública Qualidade Comunicação Organizacional Análise Sectorial	8	240
Gestão Financeira Contabilidade	3	90
Gestão Administrativa	8	240
Comportamento Liderança Comunicação Pessoal	10	300
Informática	21	630
Total	**100**	**3000**

11. RECURSOS PATRIMONIAIS

11. Recursos Patrimoniais

A sede do InCI localiza-se no n.º 11 da Avenida Júlio Dinis, em Lisboa, num edifício em regime de arrendamento, constituído por 11 pisos, dos quais 8 acima do solo.

Para além da sede, o InCI possui postos de atendimento em 4 Lojas do Cidadão – Aveiro, Braga, Coimbra e Viseu – e uma delegação no Funchal onde se localiza o Núcleo de Inspecção afecto à Região Autónoma da Madeira.

Relativamente ao parque automóvel o Instituto possui um veículo ligeiro de passageiros, *Volkswagen Passat* de 1994 (cuja substituição se aguarda), tendo adquirido, em 2009, 3 veículos ligeiros de passageiros, *BMW – 320D*, em sistema de aluguer operacional de veículos (AOV) sem condutor.

12. RECURSOS FINANCEIROS

11. Recursos Financeiros

Com total respeito pelos princípios da actividade financeira, a actuação do InCI visa a economia, a eficiência e a eficácia na utilização dos seus recursos. Prevê-se, assim, para 2011 a aquisição de recursos humanos e materiais apropriados, tanto sob o ponto de vista da qualidade como da quantidade, no momento oportuno e pelo menor custo. De igual forma será efectuada uma utilização dos recursos financeiros, humanos e materiais de modo a atingir a maximização dos resultados, garantido a eficiência dos serviços e a sua eficácia medida pelo grau de alcance dos objectivos visados segundo uma relação de custo/benefício favorável.

Tendo em consideração estes princípios, propõe-se para 2011 o Orçamento apresentado em anexo, elaborado nos termos definidos na Circular Série A da Direcção-Geral do Orçamento Série X, n.º 1360, de 9 de Agosto, do qual se destacam as principais rubricas:

ORÇAMENTO 2011

Receitas	Valor (€)	%	Despesas	Valor (€)	%
Taxas sobre Licenciamentos	13.568.679	98,19	Despesas com Pessoal	5.546.906	42,50
Juros de mora	1.000	0,01	Aquisição de Bens e Serviços	3.712.597	28,45
Coimas e Penalidades	60.000	0,43	Transferências	1.099.984	8,43
Juros SFA	108.625	0,79	Outras despesas correntes	307.439	2,36
Transferências	49.573	0,36	Aquisição de Bens de Capital	2.384.466	18,27
Venda de bens	25.853	0,19			
Venda de Serviços	4.932	0,04			
Total de Receitas	**13.818.662**	**100%**	**Total de Despesas**	**13.051.393**	**100%**

Lisboa, 16 de Setembro de 2010

O Conselho Directivo

A Flores de Andrade
Presidente do Conselho Directivo

Fernando Oliveira Silva
Vice-Presidente do Conselho Directivo

13. ANEXOS

12. ANEXOS

12.1. Orçamento 2011 – Classificação Económica

Classificação	Designação	Orçamento 2010	Orçamento 2011	Var.
	Despesas com Pessoal	**4.806.025**	**5.546.906**	**15,42%**
010102	Órgãos sociais	156.834	156.808	-0,02%
010103	Pessoal dos quadros-Regime de função pública	1.384.781	1.901.258	37,30%
010104	Pessoal dos quadros - Regime do contrato individual de trabalho	1.335.455	1.282.289	-3,98%
010111	Representação	52.501	81.464	55,17%
010112	Suplementos	362.260	350.504	-3,25%
010113	Subsídio de refeição	199.058	229.034	15,06%
010114	Subsídio de férias e de Natal	475.415	551.008	15,90%
010202	Horas extraordinárias	25.000	2.000	-92,00%
010204	Ajudas de custo	20.000	20.000	0,00%
010205	Abono para falhas	2.848	3.797	33,33%
010208	Subsidios e abonos de fixação, residência e alojamento	11.295	10.354	-8,33%
010213	Outros Suplementos	33.000	41.400	25,45%
010214	Outros abonos em numerário ou espécie	30.000	25.000	-16,67%
010301	Encargos com a saúde	45.000	118.505	163,34%
010302	Outros encargos com a saúde	35.000	20.000	-42,86%
010303	Subsídio familiar crianças e jovens	6.200	6.200	0,00%
010305	Segurança Social	605.529	687.097	13,47%
010306	Acidentes em serviço e doenças profissionais	5.000	0	-100,00%
010309	Seguros	500	0	-100,00%
010310	Outras despesas	20.349	60.190	195,79%
	Aquisição de Bens e Serviços	**3.585.640**	**3.712.591**	**3,54%**
020102	Combustíveis e lubrificantes	20.000	25.000	25,00%
020104	Limpeza e higiene	9.000	9.100	1,11%
020107	Vestuário e artigos pessoais	2.500	2.500	0,00%
020108	Material de escritório	50.000	80.743	61,49%
020109	Produtos químicos e farmacêuticos	3.000	500	-83,33%
020114	Outro material - peças	1.000	500	-50,00%
020115	Prémios condecorações e ofertas	1.000	2.000	100,00%
020116	Mercadoria para venda	2.000	3.000	50,00%
020117	Ferramentas e utensílios	500	500	0,00%
020118	Livros e documentação técnica	25.000	10.000	-60,00%
020121	Outros bens	20.000	25.000	25,00%
020201	Encargos das instalações	65.000	77.500	19,23%
020202	Limpeza e higiene	75.000	90.000	20,00%
020203	Conservação de bens	10.000	53.898	438,98%
020204	Locação de edifícios	950.000	1.052.211	10,76%
020208	Locação de outros bens	50.000	102.000	104,00%
020209	Comunicações	230.000	332.000	44,35%
020210	Transportes	19.000	58.500	207,89%

Classificação	Designação	Orçamento 2010	Orçamento 2011	Var.
020211	Representação dos serviços	15.000	14.000	-6,67%
020212	Seguros	3.260	3.300	1,23%
020213	Deslocações e estadas	60.000	60.000	0,00%
020214	Estudos, pareceres, projectos e consultadoria	790.000	604.876	-23,43%
020215	Formação	70.000	80.000	14,29%
020216	Seminários, exposições e similares	15.000	246.500	1543,33%
020217	Publicidade	25.000	137.950	451,80%
020218	Vigilância e segurança	123.000	100.000	-18,70%
020219	Assistência técnica	150.000	95.854	-36,10%
020220	Outros trabalhos especializados	207.720	144.805	-30,29%
020222	Serviços de saúde	23.000	12.000	-47,83%
020224	Encargos de cobrança de receita	30.000	45.000	50,00%
020225	Outros serviços	540.660	243.354	-54,99%
	Transferências Correntes	1.759.986	1.407.423	-20,03%
040305	Serviços e Fundos Autónomos	797.973	753.821	-5,53%
040701	Transferências para Instituições sem Fins Lucrativos	705.000	346.163	-50,90%
060203R000	Reserva	257.013	307.439	19,62%
	Aquisição de bens de capital	2.263.849	2.384.466	5,33%
070106	Material de transporte	72.850	0	-100,00%
070107	Equipamento de informática	430.000	229.900	-46,53%
070108	Software Informático	1.725.000	2.136.566	23,86%
070109	Equipamento administrativo	30.000	18.000	-40,00%
070110	Equipamento básico	6.000	0	-100,00%
	Subtotal	12.415.500	13.051.387	5,1%
1202000000	*Operações Extra-Orçamentais*	60.000	90.000	
	Total	12.475.500	13.141.387	5,3%

13.2. Demonstração de Resultados 2011 (Previsional)

Dezembro 2011

(Euros)

POCP	CUSTOS E PERDAS	Previsional a Dezembro 2011		POCP	PROVEITOS E GANHOS	Previsional a Dezembro 2011	
61	Custo das merc. vendidas e mat. consum.						
	Mercadorias	7.988,62					
	Matérias		7.988,62	71	Vendas		
62	Fornecimentos e serviços externos		3.843.513,26		Mercadorias	25.853,13	
	Custos com o pessoal:				Produtos		
641+642	Remunerações	4.166.866,01		72	Impostos, Taxas e Outros	13.968.944,39	
643 a 648	Encargos sociais:						13.994.797,53
	Pensões			75	Trabalho para a própria entidade		
	Outros	1.713.087,24	5.879.953,25	73	Proveitos suplementares	4.932,14	
63	Transf. correntes concedidas e prest.sociais	1.094.984,24		74	Transferências e Subsidios correntes obtidos		
66	Amortiz. do imobil. corpóreo e incorpóreo	1.459.083,31		741	Transferências - Tesouro		
67	Provisões			76	Outos proveitos e ganhos operacionais		
65	Outros custos e perdas operacionais	10.000,00	2.564.067,55				4.932,14
	(A)		12.295.522,67		(B)		13.999.729,67
68	Custos e perdas financeiras			78	Proveitos e ganhos financeiros		
	Outros	45.000,00	45.000,00		Outros	108.625,00	
	(C)		12.340.522,67				108.625,00
					(D)		14.108.354,67
69	Custos e perdas extraordinários		23.052,62	79	Proveitos e ganhos extraordinários		2.600,00
	(E)		12.363.575,29		(F)		14.110.954,67
88	**Resultado liquido do exercício**		1.747.379,38		**RESUMO:**		
					Resultados operacionais: (B)-(A)=		**1.704.207,00**
					Resultados financeiros: (D-B)-(C-A)=		**63.625,00**
					Resultados correntes: (D)-(C)=		**1.767.832,00**
			14.110.954,67		**Resultado liquido do exercício: (F)-(G)=**		**1.747.379,38**

13.3. Balanço 2011 (Previsional)

Dezembro 2011
Euros

BALANÇO PREVISIONAL

Código das contas POCP	ACTIVO	Exercícios 2011 ACTIVO BRUTO	AMORT. E AJUST.	ACTIVO LIQUIDO
	IMOBILIZADO			
	Bens de domínio público:			
451	Terrenos e Recursos Naturais			
452	Edifícios			
453	Outras Construções e infraestruturas			
454	Infraestruturas e equipamento natureza militar			
455	Bens do património histórico, artístico e cultural			
459	Outros bens de domínio público			
445	Imobilizacoes em Curso			
446	Adiant. por Conta de bens de domímio público			
	Imobilizações Incorpóreas			
431	Despesas de Instalação			
432	Despesas de Investigação e de Desenvolvim.			
433	Propriedade Industrial e Outros Direitos	1.303.142,11	1.074.196,50	228.945,61
443	Imobilizacoes em Curso			
449	Adiant. por Conta de Imobiliz. Incorpóreas			
		1.303.142,11	1.074.196,50	228.945,61
	Imobilizações Corpóreas			
421	Terrenos e Recursos Naturais			
422	Edifícios e Outras Construções			
423	Equipamento Básico	5.213.829,68	3.405.128,89	1.808.700,79
424	Equipamento de Transporte	2.850,00	2.850,00	
425	Ferramentas e Utensílios	6.476,85	6.476,85	
426	Equipamento Administrativo	1.250.058,12	1.150.623,69	99.434,43
427	Taras e Vasilhame			
429	Outras Imobilizações Corpóreas	63.745,27	55.993,78	7.751,50
442	Imobilizações em Curso			
448	Adiant. por Conta de Imobiliz. Corpóreas			
		6.536.959,92	4.621.073,21	1.915.886,71
	Investimentos Financeiros			
411	Partes de Capital			
412	Obrigações e títulos participação			
414	Investimentos em imóveis			
415	Outras aplicações financeiras			
441	Imobilizações em curso			
447	Adiant. por Conta de Investim. Financeiros			
	CIRCULANTE			
	Existências			
36	Matérias-primas, Subsidiárias e de Consumo			
35	Produtos e Trabalhos em Curso			
34	Subprodutos, Desperd., Resíduos e Refugos			
33	Produtos Acabados e Intermédios			
32	Mercadorias	50.789,44		50.789,44
37	Adiantamentos por conta de compras			
		50.789,44		50.789,44
	Dívidas de Ter.-Médio e Longo Prazo			
	Dívidas de Terceiros-Curto Prazo			
2611+2621	Empréstimos concedidos			
211	Clientes, c/c	1.775.548,05		1.775.548,05
212	Contribuintes, c/c			
213	Utentes c/c			
214	Clientes, contribuintes e utentes - Tít.a Receber			
218	Clientes, contribuintes e utentes Cobrança Duv.			
151	Devedores pela execução do Orçamento			
229	Adiantamentos a Fornecedores			
2619	Adiantamentos a Fornecedores de Imobilizado			
24	Estado e Outros Entes Públicos			
262+263+267+268	Outros Devedores			
		1.775.548,05		1.775.548,05
	Títulos Negociáveis			
151	Acções			
152	Obr. e Tít. de Participação			
153	Títulos da dívida pública	5.000.000,00		5.000.000,00
159	Outros Títulos			
18	Outras Aplicações de Tesouraria			
		5.000.000,00		5.000.000,00
	Conta no Tesouro, depósitos instit.financ. e caixa:			
13	Conta no Tesouro	23.259.848,10		23.259.848,10
12	Depósitos em instituições financeiras	529.351,58		529.351,58
11	Caixa	10.500,00		10.500,00
		23.799.699,68		23.799.699,68
	Acréscimos e Diferimentos			
271	Acréscimos de Proveitos			
272	Custos Diferidos	70.568,25		70.568,25
	Total de amortizações		5.695.269,71	
	Total de provisões			
	Total do activo	38.536.707,45	5.695.269,71	32.841.437,74

Código das contas POCP	FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO	Exercícios 2011
	Fundos Próprios:	
51	Património	11.408.183,78
55	Ajust. de Partes de Capital em empresas	
56	Reservas de Reavaliação	
	Reservas:	
571	Reservas Legais	
572	Reservas Estatutárias	
573	Reservas Contratuais	
574	Reservas livres	
575	Subsídios	
576	Doações	
577	Reservas decorrentes da transferência de activos	
59	Resultados Transitados	8.314.427,53
	Sub-total	19.722.611,31
88	Resultado Liquido do Exercício	1.747.379,38
		21.469.990,69
	PASSIVO	
	Provisões	
29	Provisões para riscos e encargos	1.150.596,47
		1.150.596,47
	Dívidas a Terceiros-Médio e Longo Prazo	
	Fornecedores de Imobilizado, c/c	
	Dívidas a Terceiros-Curto Prazo	
23 111+23 211	Empréstimos por dívida titulada	
23 112+212+12	Empréstimos por dívida não titulada	
269	Adiantamento por conta vendas	
221	Fornecedores, c/c	76.708,38
228	Fornecedores - Facturas em Rec. e Conferência	
221	Fornecedores - Títulos a Pagar	
2632	Fornecedores de Imobilizado - Títulos a Pagar	
252	Credores pela execução do orçamento	
219	Adiantamentos de Clientes, contribuintes e utentes	
2631	Fornecedores de Imobilizado, c/c	16.770,86
24	Estado e Outros Entes Públicos	1.068.055,62
262+263+267+268	Outros Credores	126.487,00
		1.288.021,86
	Acréscimos e Diferimentos	
273	Acréscimos de Custos	1.101.098,04
274	Proveitos Diferidos	7.831.730,69
		8.932.828,72
	Total do passivo	11.371.447,05
	Total dos fundos próprios e do passivo	32.841.437,74

Modelo A

Estrutura do Mapa de Pessoal do InCI, I.P. - Artº 5º da LVCR

Atribuições/competências	Unidade orgânica/centros de competência	Conselho Directivo		Director		Chefe de Departamento		Técnico Superior		Inspecção Superior		Assistente Técnico		Assistente Operacional		Nº de postos de trabalho 2010 Aprovado	Nº de postos de trabalho 2011 Previsão	Observações
		2010 Aprov	2011 Prev	2010 Aprov	2011 Prev	2010 Aprov	2011 Prev	2010 Aprov	2011 Prev	2010 Aprov	2011 Prev	2010 Aprov	2011 Prev	2010 Aprov	2011 Prev			
	Conselho Directivo	2	3													3	3	
	Subtotal	2	3													3	3	
Assessoria técnica ao presidente do Conselho Directivo no âmbito das suas competências	Apoio técnico do Presidente do Conselho Directivo							3	3							3	3	
	Subtotal	0	0	0	0	0	0	3	3	0	0	0	0	0	0	3	3	
Apoiar todas as actividades desenvolvidas pelo Conselho Directivo (CD), no âmbito das suas competências	Secretariado do Conselho Directivo							1	1			2	2			3	3	
	Subtotal	0	0	0	0	0	0	1	1	0	0	2	2	0	0	3	3	
Apoio ao Conselho Directivo na formulação de estratégias e políticas de desenvolvimento e implementação do modelo de controlo; Identificação das acções que permitam melhorar o desempenho do Instituto; Liderar o desenvolvimento e a implementação do Modelo de Controlo de Gestão do InCI, I.P.; Colaborar com o CD na definição das políticas e dos mecanismos de controlo de gestão do Instituto e assegurar a sua implementação pelas diversas unidades orgânicas; Elaborar relatórios periódicos de Controlo de Gestão que possibilitem a análise do desempenho das várias áreas do Instituto; Propor ao CD as medidas e as acções que permitam a melhoria do desempenho do InCI, I.P.; Elaborar o relatório periódico para a tutela;Gerir o processo de orçamentação e de controlo orçamental; Desenvolver e propor mecanismos de acompanhamento do desempenho das entidades acreditadas pelo InCI, I P. para o tratamento de processos administrativos no âmbito da sua missão de regulação;Liderar o desenvolvimento e a implementação e efectuar a gestão do Sistema de Qualidade dos serviços do Instituto	Gabinete de Controlo de Gestão e Desempenho	1	1					2	1			1	1			4	3	
	Subtotal	1	1	0	0	0	0	2	1	0	0	1	1	0	0	4	3	
Promoção e desenvolvimento da infra-estrutura tecnológica do InCI, I.P.; Identificar as necessidades de desenvolvimento dos Sistemas de Informação do Instituto e liderar os projectos de reformulação da sua infra-estrutura tecnológica; Colaborar com o CD na definição das políticas e da estratégia de Sistemas de Informação do Instituto e assegurar a sua aplicação; Liderar os projectos de desenvolvimento de interfaces tecnológicos com as várias entidades externas que colaboram com o InCI, I.P.; Coordenar as prestações de serviços externos na área de Sistemas de Informação; Participar na eventual negociação e suporte à gestão de parcerias específicas, ao nível das diversas unidades orgânicas do Instituto.	Gabinete de Sistemas de Informação	1	1													1	1	
Identificar as necessidades de desenvolvimento dos sistemas de informação; Liderar os projectos de desenvolvimento de interface tecnológico com as várias entidades externas; Coordenar as prestações de serviços externos na áreas de sistemas de informação; Participar na negociação e suporte à gestão de parcerias especificas ao nível das diversas unidades orgânicas	Departamento de Projectos Tecnológicos				1	1	3	4				1	1			5	6	a)
Liderar os projectos de reformulação da infra-estrutura tecnológica interna e assegurar a respectiva manutenção, bem como o suporte técnico aos utilizacores; Colaborar com a DAFRH na gestão técnica e económica dos contratos de sistemas de informação e telecomunicações transversais às diversas unidades orgânicas.	Departamento de Sistemas e Comunicação				1	1	2	2								3	3	a)
	Subtotal	1	1	2	2	5	5	0	0	1	1	0	0	9	10			
Prestar apoio jurídico especializado ao Conselho Directivo e às diversas unidades orgânicas do Instituto, bem como a coordenação do desenvolvimento do enquadramento legal e da regulamentação do sector de actividade de regulação e do funcionamento do InCI, I.P.; Prestar apoio jurídico especializado ao CD e às diversas unidades orgânicas do Instituto em matérias relacionadas com o enquadramento legal do sector, da actividade de regulação e do funcionamento do InCI, I.P.; Liderar projectos de transposição de legislação internacional para a ordem jurídica interna; Liderar projectos de desenvolvimento e de reformulação do enquadramento legal do sector; Coordenar e dinamizar a elaboração de legislação técnica; Gerir os processos de contencioso do Instituto; Assegurar a representação legal do Instituto sempre que necessário; Coordenar as prestações de serviços externos na área jurídico-legal.	Gabinete Jurídico	1	1					3	4	1	1					5	6	
	Subtotal	1	1	0	0	3	4	1	1	0	0	0	0	5	6			
A Direcção de Regulação verifica os requisitos de acesso e permanência nas actividades reguladas e no mercado pelos operadores e acompanha, fiscaliza e sanciona o desempenho dos mesmos	Direcção de Regulação	1	1					2	2							3	3	
Apoiar a formulação da estratégia e políticas de regulação; Instruir e proceder à análise técnica dos processos de ingresso, permanência, reclassificação e reavaliação das empresas nas actividades reguladas pelo InCI, I.P.; Submeter a consulta da Comissão de Classificação de Empresas de Construção as propostas de decisão relativas aos pedidos de emissão de alvará para o exercício da actividade da construção com habilitações de classe superior à primeira; Atendimento ao Público	Departamento de Qualificação				1	1	22	22				5	11	1	1	29	35	b)
	Lojas do Cidadão Departamento de Qualificação											10	22			10	22	c)

A. Flores de Andrade
Presidente
do Conselho Directivo

Fernando Silva
Vice-Presidente do Conselho Directivo

Atribuições/competências	Unidade orgânica/centros de competência	Conselho Directivo		Director		Chefe de Departamento		Técnico Superior		Inspecção Superior		Assistente Técnico		Assistente Operacional		Nº de postos de trabalho 2010 Aprovado	Nº de postos de trabalho 2011 Previsão	Observações
		2010 Aprov	2011 Prev	2010 Aprov	2011 Prev	2010 Aprov	2011 Prev	2010 Aprov	2011 Prev	2010 Aprov	2011 Prev	2010 Aprov	2011 Prev	2010 Aprov	2011 Prev			
Efectuar acções inspectivas no âmbito das actividades cuja regulação e fiscalização são da competência do InCI, I.P.; Instaurar e instruir processos de fiscalização do cumprimento das disposições legais e regulamentares em matéria de acesso e permanência nas actividades reguladas pelo InCI, I.P.; Colaborar em acções inspectivas conjuntas com outros serviços de inspecção; Na sequência de acções inspectivas, proceder ao levantamento de autos e participações relativos às infracções verificadas no âmbito dos regimes jurídicos das actividades reguladas pelo InCI, I.P.;	Departamento de Inspecção					1	1	5	9	12	12	1	1			19	23	a), e)
Proceder a aplicação das medidas administrativas e de natureza cautelar previstas nos regimes jurídicos das actividades reguladas pelo InCI, I.P.; Instaurar e instruir processos de inquérito e de contra-ordenação e realizar todas as diligências necessárias à investigação do cumprimento das disposições legais, na sequência de autos, participações e queixas, oficiosamente ou por determinação superior, Proceder à execução das sanções acessórias que sejam aplicadas em sede de processos de contra-ordenação da competência do InCI, I P.; Proceder à apreensão de títulos habilitantes nos casos previstos na lei ou no âmbito da execução de sanções acessórias; Implementar e manter as bases de dados, nomeadamente as referentes ao cadastro das empresas e à verificação dos requisitos das empresas que atestam a sua capacidade para o exercício das actividades reguladas	Departamento de Sancionamento					1	1	4	10	2	2	1	1			8	14	f)
	Subtotal	1	1	3	3	33	43	14	14	17	35	1	1	69	97			
Assegurar o contacto com entidades externas relativamente a todos os temas relacionados com a intervenção do Estado no sector e coordenção da acção das entidades públicas que actuem no sector da construção e do imobiliário. Estimular a competitividade dos agentes do sector e combater a sinistralidade, fomentando a formação profissional e promovendo a adopção e implementação de novas tecnologias e métodos de trabalho que contribuam para a inovação, segurança e qualidade no sector; Atendimento a todas pessoas e entidades externas que pretendam tratar de qualquer assunto relacionado com as actividades do InCI, I.P.; Promover e fomentar a mediação e a arbitragem voluntária para a resolução de conflitos emergentes das actividades do sector; Reencaminhar quaisquer matérias do sector para as entidades competentes e acompanhar a sua resolução; Concretizar e monitorizar a execução de acordos de cooperação com entidades externas que sejam ou venham a ser celebrados ;Colaborar com o GCDC no acompanhamento e avaliação do desempenho das entidades acreditadas por este Instituto, Liderar o desenvolvimento das acções e iniciativas tendentes a melhorar o desempenho e competitividade do sector, Colaborar com a DAM na identificação das áreas do sector com potencial de melhoria e onde possam ser lançadas iniciativas;	Direcção de Coordenação de Iniciativas Estratégicas	1	1			3	2									4	3	
	Subtotal	1	1	0	0	3	2	0	0	0	0	0	0	4	3			
Dinamização, condução e desenvolvimento da efectiva observação do desempenho das empresas reguladas pelo InCI, I.P., e do funcionamento dos mercados do sector regulado e, em especial, da obra pública.	Direcção de Análise de Mercados	1	1			4	3			1	1			6	5			
	Subtotal	1	1	0	0	4	3	0	0	1	1	0	0	6	5			
A Direcção Administrativa, Financeira e de Recursos Humanos concentra todas as funções de suporte do InCI, I.P.	Direcção Administrativa Financeira e do Recursos Humanos	1	1			8	9			12	13	3	3	24	26			
	Departamento de Contabilidade e Património				1										1		1	g)
	Subtotal	1	1	0	1	8	9	0	0	12	13	3	3	24	27			
Totais gerais		2	2	7	4	5	4	59	81	15	15	34	51	4	4	130	165	

Notas:

a) Departamentos criados por Deliberação do Conselho Directivo de 24 de Agosto de 2009.
b) Acréscimo de 6 assistentes técnicos para o Call Center.
c) Acréscimo de 12 assistentes técnicos, 3 para cada uma das seguintes Lojas do Cidadão: Porto, Faro e Coimbra e, também 3 para a Loja do InCI em Évora.
d) Acréscimo de 3 técnicos superiores engenheiros civis para reforço das equipas de inspecção.
e) Afectação de 1 ex-Conselheira de Obras Públicas em mobilidade interna por tempo indeterminado.
f) Acréscimo de 6 técnicos superiores juristas para tratamento de queixas/denúncias.
g) Departamento criado por Deliberação do Conselho Directivo de 5 de Janeiro de 2010.

A. Flores de Andrade
Presidente do Conselho Directivo

Fernando Silva
Vice-Presidente do Conselho Directivo

ORÇAMENTOS PRIVATIVOS PARA 2011

MAPA OP-01

Mapa Final do Projecto de Orçamento do Serviço

DESENVOLVIMENTO DAS RECEITAS DOS SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS

Ministério: 10 - OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES
Secretaria: 1 - MOPTC - FUNCIONAMENTO - SFA
Capítulo: 03 - SERVIÇOS REGULAÇAO, SUPERV., INSPECÇAO, INVEST., OBRAS PUBLICAS, TRANSP. E COMUN
Divisão: 12 - INSTITUTO DA CONSTRUÇAO E DO IMOBILIARIO - O.P. - FUNCIONAMENTO

PROG	MED	CLASS. ECONÓMICA	RECEITA	FONTES DE FINANCIAMENTO								TOTAL RECEITAS (EM EUROS)
				RECEITAS GERAIS	RECEITA PRÓPRIA	FEDER	FUNDO COESÃO	FSE	FEOGA	SPA	OUTRAS	
014			OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES									
	052		TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES - ADMINISTRAÇÃO E REGULAMENTAÇÃO									
		04	TAXAS, MULTAS E OUTRAS PENALIDADES:									
		04.01	TAXAS:									13 568 679
		04.01.17	TAXAS S/ LICENCIAMENTOS DIV. CONCEDIDOS A EMPRESAS		13 568 679							1 000
		04.02	MULTAS E OUTRAS PENALIDADES:									60 000
		04.02.01	JUROS DE MORA		1 000							13 629 679
		04.02.04	COIMAS E PENALIDADES POR CONTRA-ORDENACOES		60 000							
			Total do capitulo		**13 629 679**							
		05	RENDIMENTOS DA PROPRIEDADE:									108 625
		05.03	JUROS - ADMINISTRACOES PUBLICAS:									108 625
		05.03.02	ADMINISTRACAO CENTRAL - SFA		108 625							
			Total do capitulo		**108 625**							
		06	TRANSFERENCIAS CORRENTES:									47 451
		06.03	ADMINISTRACAO CENTRAL:					47 451				2 122
		06.03.11	SFA - PARTICIPACAO COMUNITARIA EM PROJECTOS CO-FINANCIADOS							2 122		49 573
		06.09	RESTO DO MUNDO:									
		06.09.01	UNIAO EUROPEIA - INSTITUICOES					47 451			2 122	
			Total do capitulo									
		07	VENDA DE BENS E SERVICOS CORRENTES:									25 853
		07.01	VENDA DE BENS:									4 932
		07.01.03	PUBLICACOES E IMPRESSOS		25 853							30 785
		07.02	SERVICOS:									
		07.02.99	OUTROS		4 932							
			Total do capitulo		**30 785**							
		16	SALDO DA GERENCIA ANTERIOR									19 416 938
		16.01	SALDO ORCAMENTAL									19 416 938
		16.01.03	NA POSSE DO SERVICO - CONSIGNADO		19 416 938							
			Total do capitulo		**19 416 938**							
		17	OPERACOES EXTRA-ORCAMENTAIS:									90 000
		17.02	OUTRAS OPERACOES DE TESOURARIA - RETENCAO DE RECEITAS DO ESTADO									90 000
		17.02.00	OUTRAS OPERACOES DE TESOURARIA - RETENCAO DE RECEITAS DO ESTADO		90 000							
			Total das operações extra-orçamentais		**90 000**							
			Total da medida		**33 186 027**			**47 451**			**2 122**	**33 235 600**
			Total do programa		**33 186 027**			**47 451**			**2 122**	**33 235 600**
			Total do funcionamento		**33 186 027**			**47 451**			**2 122**	**33 235 600**
			Total do organismo		**33 186 027**			**47 451**			**2 122**	**33 235 600**

ORÇAMENTOS PRIVATIVOS PARA 2011

Mapa Final do Projecto de Orçamento do Serviço

DESENVOLVIMENTO DAS DESPESAS DOS SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS

Ministério: 10 - OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES
Secretaria: 1 - MOPTC - FUNCIONAMENTO - SFA
Capítulo: 03 - SERVIÇOS REGULAÇAO, SUPERV., INSPECÇAO, INVEST., OBRAS PUBLICAS, TRANSP. E COMUN
Divisão: 12 - INSTITUTO DA CONSTRUÇAO E DO IMOBILIARIO - O.P. - FUNCIONAMENTO

PROG	MED	FUNC	CLASS. ECONÓMICA	DESPESA	FONTES DE FINANCIAMENTO								TOTAL DESPESAS (EM EUROS)
					RECEITAS GERAIS	RECEITA PRÓPRIA	FEDER	FUNDO COESÃO	FSE	FEOGA	SPA	OUTRAS	
014				OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES									
	052			TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES - ADMINISTRAÇÃO E REGULAMENTAÇÃO									
			01	DESPESAS COM O PESSOAL									
			01.01	REMUNERACOES CERTAS E PERMANENTES		156 808							156 808
		3031	01.01.02	ORGAOS SOCIAIS		1 901 258							1 901 258
			01.01.03	PESSOAL DOS QUADROS-REGIME DE FUNCAO PUBLICA		1 282 289							1 282 289
			01.01.04	PESSOAL DOS QUADROS-REG DE CONTRATO INDIVIDUAL TRABALHO		81 464							81 464
			01.01.11	REPRESENTACAO		350 504							350 504
			01.01.12	SUPLEMENTOS E PREMIOS		229 034							229 034
			01.01.13	SUBSIDIO DE REFEICAO		551 008							551 008
			01.01.14	SUBSIDIO DE FERIAS E DE NATAL									
			01.02	ABONOS VARIAVEIS OU EVENTUAIS		2 000							2 000
			01.02.02	HORAS EXTRAORDINARIAS		20 000							20 000
			01.02.04	AJUDAS DE CUSTO		3 797							3 797
			01.02.05	ABONO P/ FALHAS		10 354							10 354
			01.02.08	SUBSIDIOS E ABONOS DE FIXACAO, RESIDENCIA E ALOJAMENTO									
			01.02.13	OUTROS SUPLEMENTOS E PREMIOS		12 000							12 000
			01.02.13.A0	OUTROS SUPLEMENTOS E PREMIOS		29 400							29 400
			01.02.13.PD	PREMIOS DE DESEMPENHO		25 000							25 000
			01.02.14	OUTROS ABONOS EM NUMERARIO OU ESPECIE									
			01.03	SEGURANCA SOCIAL									
			01.03.01	ENCARGOS COM A SAUDE		118 505							118 505
			01.03.01.A0	CONTRIBUIÇÃO DA ENTIDADE PATRONAL PARA A ADSE		20 000							20 000
			01.03.02	OUTROS ENCARGOS COM SAUDE		6 200							6 200
			01.03.03	SUBSIDIO FAMILIAR A CRIANCAS E JOVENS									
			01.03.05	CONTRIBUICOES P/ A SEGURANCA SOCIAL									
			01.03.05.A0	CONTRIBUICOES PARA A SEGURANCA SOCIAL		339 204							339 204
			01.03.05.A0.A0	CAIXA GERAL DE APOSENTACOES		347 893							347 893
			01.03.05.A0.B0	SEGURANCA SOCIAL									
			01.03.10	OUTRAS DESPESAS DE SEGURANCA SOCIAL		35 000							35 000
			01.03.10.AC	ACIDENTES DE TRABALHO E DOENCAS PROFISSIONAIS		25 190							25 190
			01.03.10.O0	OUTRAS DESPESAS		5 546 908							5 546 908
				Total do agrupamento									
			02	AQUISICAO DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES									
			02.01	AQUISICAO DE BENS		25 000							25 000
			02.01.02	COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES		9 100							9 100
			02.01.04	LIMPEZA E HIGIENE		2 500							2 500
			02.01.07	VESTUARIO E ARTIGOS PESSOAIS		80 743							80 743
			02.01.08	MATERIAL DE ESCRITORIO		500							500
			02.01.09	PRODUTOS QUIMICOS E FARMACEUTICOS		500							500
			02.01.14	OUTRO MATERIAL-PECAS		2 000							2 000
			02.01.15	PREMIOS, CONDECORACOES E OFERTAS		3 000							3 000
			02.01.16	MERCADORIAS PARA A VENDA		500							500
			02.01.17	FERRAMENTAS E UTENSILIOS		10 000							10 000
			02.01.18	LIVROS E DOCUMENTACAO TECNICA									

ORÇAMENTOS PRIVATIVOS PARA 2011

Mapa Final do Projecto de Orçamento do Serviço

DESENVOLVIMENTO DAS DESPESAS DOS SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS

Ministério: 10 - OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES
Secretaria: 1 - MOPTC - FUNCIONAMENTO - SFA
Capítulo: 03 - SERVIÇOS REGULAÇAO, SUPERV., INSPECÇAO, INVEST., OBRAS PUBLICAS, TRANSP. E COMUN
Divisão: 12 - INSTITUTO DA CONSTRUÇAO E DO IMOBILIARIO - O.P. - FUNCIONAMENTO

PROG	MED	FUNC	CLASS. ECONÓMICA	DESPESA	FONTES DE FINANCIAMENTO								TOTAL DESPESAS (EM EUROS)
					RECEITAS GERAIS	RECEITA PRÓPRIA	FEDER	FUNDO COESÃO	FSE	FEOGA	SPA	OUTRAS	
014				OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES									
	052			TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES - ADMINISTRAÇÃO E REGULAMENTAÇÃO									
			02.01.21	OUTROS BENS		25 000							25 000
			02.02	AQUISICAO DE SERVICOS									
			02.02.01	ENCARGOS DAS INSTALACOES		77 500							77 500
			02.02.02	LIMPEZA E HIGIENE		90 000							90 000
			02.02.03	CONSERVACAO DE BENS		53 898							53 898
			02.02.04	LOCACAO DE EDIFICIOS		1 052 211							1 052 211
			02.02.08	LOCACAO DE OUTROS BENS		102 000							102 000
			02.02.09	COMUNICACOES									
			02.02.09.A0	ACESSOS A INTERNET		20 000							20 000
			02.02.09.C0	COMUNICACOES FIXAS DE VOZ		45 000							45 000
			02.02.09.D0	COMUNICACOES MOVEIS		37 000							37 000
			02.02.09.F0	OUTROS SERVICOS DE COMUNICACOES		230 000							230 000
			02.02.10	TRANSPORTES		58 500							58 500
			02.02.11	REPRESENTACAO DOS SERVICOS		14 000							14 000
			02.02.12	SEGUROS									
			02.02.12.A0	ESTAGIOS PROFISSIONAIS NA AP		3 080							3 080
			02.02.12.B0	OUTRAS		220							220
			02.02.13	DESLOCACOES E ESTADAS		57 878						2 122	60 000
			02.02.14	ESTUDOS, PARECERES, PROJECTOS E CONSULTADORIA									
			02.02.14.A0	SERVICOS DE NATUREZA INFORMATICA		90 000							90 000
			02.02.14.B0	OUTROS		514 876							514 876
			02.02.15	FORMACAO									
			02.02.15.A0	TECNOLOGIAS DA INFORMACAO E COMUNICACAO - TIC		14 000							14 000
			02.02.15.B0	OUTRAS		66 000							66 000
			02.02.16	SEMINARIOS, EXPOSICOES E SIMILARES		246 500							246 500
			02.02.17	PUBLICIDADE		137 950							137 950
			02.02.18	VIGILÂNCIA E SEGURANÇA		100 000							100 000
			02.02.19	ASSISTÊNCIA TÈCNICA									
			02.02.19.B0	SOFTWARE INFORMATICO		55 502							55 502
			02.02.19.C0	OUTROS		40 352							40 352
			02.02.20	OUTROS TRABALHOS ESPECIALIZADOS									
			02.02.20.A0	SERVICOS DE NATUREZA INFORMATICA		10 000							10 000
			02.02.20.C0	OUTROS		134 805							134 805
			02.02.22	SERVICOS DE SAUDE		12 000							12 000
			02.02.24	ENCARGOS DE COBRANCA DE RECEITAS		45 000							45 000
			02.02.25	OUTROS SERVICOS		243 354							243 354
				Total do agrupamento		**3 710 469**						**2 122**	**3 712 591**
			04	TRANSFERENCIAS CORRENTES									
			04.03	ADMINISTRACAO CENTRAL		753 821							753 821
			04.03.05	SERVICOS E FUNDOS AUTONOMOS									
			04.07	INSTITUIÇÕES S/ FINS LUCRATIVOS									
			04.07.01	INSTITUIÇÕES S/ FINS LUCRATIVOS									
			04.07.01.A0	CENTRO DE MEDIAÇAO E ARBITRAGEM DE CONFLITOS DA CONSTRUÇAO E DO IMOI		300 000							300 000

ORÇAMENTOS PRIVATIVOS PARA 2011

Mapa Final do Projecto de Orçamento do Serviço

DESENVOLVIMENTO DAS DESPESAS DOS SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS

Ministério: 10 - OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES
Secretaria: 1 - MOPTC - FUNCIONAMENTO - SFA
Capítulo: 03 - SERVIÇOS REGULAÇAO, SUPERV., INSPECÇAO, INVEST., OBRAS PUBLICAS, TRANSP. E COMUN
Divisão: 12 - INSTITUTO DA CONSTRUÇAO E DO IMOBILIARIO - O.P. - FUNCIONAMENTO

PROG	MED	FUNC	CLASS. ECONÓMICA	DESPESA	FONTES DE FINANCIAMENTO								TOTAL DESPESAS (EM EUROS)
					RECEITAS GERAIS	RECEITA PRÓPRIA	FEDER	FUNDO COESÃO	FSE	FEOGA	SPA	OUTRAS	
014				OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES									
	052			TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES - ADMINISTRAÇÃO E REGULAMENTAÇÃO									
			04.07.01.B0	TRANSFERENCIAS CORRENTES-CEDIPRE		5 000							5 000
			04.07.01.C0	TRANSFERENCIAS CORRENTES-OUTROS		30 000							30 000
			04.08	FAMILIAS									
			04.08.02	OUTRAS									
			04.08.02.A0	ESTAGIOS PROFISSIONAIS NA AP		11 163							11 163
				Total do agrupamento		**1 099 984**							**1 099 984**
			06	OUTRAS DESPESAS CORRENTES									
			06.02	DIVERSAS									
			06.02.03	OUTRAS									
			06.02.03.R0	RESERVA		307 439							307 439
				Total do agrupamento		**307 439**							**307 439**
			07	AQUISICAO DE BENS DE CAPITAL									
			07.01	INVESTIMENTOS									
			07.01.07	EQUIPAMENTO DE INFORMATICA									
			07.01.07.A0	ADMINISTRACAO CENTAL - ESTADO									
			07.01.07.A0.B0	OUTROS		229 900							229 900
			07.01.08	SOFTWARE INFORMATICO									
			07.01.08.A0	ADMINISTRACAO CENTAL - ESTADO									
			07.01.08.A0.A0	SOFTWARE DE COMUNICACOES		269 094							269 094
			07.01.08.A0.B0	OUTROS		1 867 472							1 867 472
			07.01.09	EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO									
			07.01.09.A0	ADMINISTRACAO CENTAL - ESTADO									
			07.01.09.A0.B0	OUTROS		18 000							18 000
				Total do agrupamento		**2 384 466**							**2 384 466**
		12		OPERACOES EXTRA-ORCAMENTAIS									
		12.02		OUTRAS OPERACOES DE TESOURARIA									90 000
		12.02.00		OUTRAS OPERACOES DE TESOURARIA		90 000							90 000
				Total das operações extra-orçamentais		**90 000**							
				Total da medida		**13 049 266**						**2 122**	**13 051 388**
				Total do programa		**13 049 266**						**2 122**	**13 051 388**
				Total do funcionamento		**13 049 266**						**2 122**	**13 051 388**
				Total do organismo		**13 049 266**						**2 122**	**13 051 388**
				Total do ministério - receita		**33 186 027**			**47 451**			**2 122**	**33 235 600**
				Total do ministério - despesa		**13 049 266**						**2 122**	**13 051 388**

ORÇAMENTOS PRIVATIVOS PARA 2011

MAPA OP-01

Mapa Final do Projecto de Orçamento do Serviço

DESENVOLVIMENTO DAS RECEITAS/DESPESAS DOS SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS

Ministério: 10 - OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES

PROG	MED	FUNC	CLASS. ECONÓMICA		FONTES DE FINANCIAMENTO								TOTAL (EM EUROS)
					RECEITAS GERAIS	RECEITA PRÓPRIA	FEDER	FUNDO COESÃO	FSE	FEOGA	SPA	OUTRAS	
			12	OPERACOES EXTRA-ORCAMENTAIS									
			12.02	OUTRAS OPERACOES DE TESOURARIA									90 000
			12.02.00	OUTRAS OPERACOES DE TESOURARIA		90 000							90 000
				Total das operações extra-orçamentais		**90 000**							
			17	OPERACOES EXTRA-ORCAMENTAIS:									
			17.02	OUTRAS OPERACOES DE TESOURARIA - RETENCAO DE RECEITAS DO ESTADO									90 000
			17.02.00	OUTRAS OPERACOES DE TESOURARIA - RETENCAO DE RECEITAS DO ESTADO		90 000							90 000
				Total das operações extra-orçamentais		**90 000**							

Anexo X

MEMÓRIA JUSTIFICATIVA DO OE/2011 E DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE

Ministério: 10	
Sec. Estado: 01	
Capítulo: 03	
Divisão: 12	
SubDivisão: 00	
Valor Orçamentado: 13.051.387	unid: Euros

FUNCIONAMENTO

Justificação da Proposta de Orçamento de **Despesa** por Grupo de Fonte de Financiamento *

DESPESAS COM PESSOAL

As verbas orçamentadas para 2011 no agrupamento das Despesas com Pessoal (rubricas 0101;0102 e 0103) ascendem a 5.546.906€.

Estas verbas, que representam um acréscimo de cerca de 15% relativamente ao orçamentado para 2010, têm em consideração os recursos humanos necessários para viabilizar a concretização, não só da missão e estratégia superiormente definidas para o InCI, I.P., como dos objectivos definidos no Plano de Actividades de 2011, designadamente o alargamento da descentralização dos serviços de atendimento do público com a abertura de novos postos de atendimento do público nas Lojas do Cidadão do Porto, Évora e Ponta Delgada, de forma a cobrir estrategicamente os pontos do país onde mais se justifica a presença do InCI.

Na realidade, a implementação destas novas actividades pressupõe a existência de meios humanos adequados, quer em número quer em perfil, só possível com o reforço do Mapa de Pessoal, sob pena de ser inviabilizado o desenvolvimento de serviços essenciais ao cumprimento da missão do Instituto.

O reforço de meios humanos verifica-se igualmente para assegurar os serviços de atendimento multicanal do Portal Base dos Contratos Públicos, compromisso assumido com a Agência Nacional de Compras Públicas, bem como o tratamento das queixas/reclamações recebidas no InCI e o aumento das equipas de inspecção a trabalhar no terreno.

Assim sendo, o valor orçamentado corresponde às necessidades constantes do Mapa de Pessoal do InCI para 2011, previsto no n.º 2 do art.º 4º da LVCR.

DESPESAS COM AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS

No agrupamento 02 prevê-se uma despesa global de 3.712.597€, sendo:

rubrica – 020204 – Locação de edifícios – 1.052.211€
rubrica – 020214 -Estudos, pareceres, projectos e consultoria - 604.876€

A orçamentação deste agrupamento tem a sua fundamentação na prossecução dos objectivos e das actividades que o InCI, enquanto entidade reguladora do sector da construção e do imobiliário, se propõe levar a cabo ao longo de 2011, no âmbito das respectivas missão e atribuições e tendo por base a necessidade decorrente do PRACE de modernizar os serviços da Administração Pública tornando-os mais eficazes e eficientes e de maior qualidade.

Para além da manutenção dos serviços instalados na sede, uma vez mais realça-se aqui a aposta na aproximação aos clientes, através do alargamento da descentralização dos serviços de atendimento do público, prevendo-se, conforme já referido, a abertura de novos postos de Atendimento do Público nas Lojas do Cidadão.

Acresce a estas actividades a necessidade de permanência dos trabalhos decorrentes da transposição da Directiva Serviços, o que tem implicado um esforço jurídico suplementar nos trabalhos de revisão legislativa das actividades já reguladas e de novas áreas, como a Promoção Imobiliária, Avaliação e Administração de Condomínios, processos estes que se prevêem concluídos e em execução no primeiro semestre de 2011.

TRANSFERÊNCIAS CORRENTES

O agrupamento "transferências correntes" totaliza 1.099.984€, destacando-se:

Rubrica – 040305A000 - Serviços e Fundos Autónomos – Autoridade da Concorrência – 753.821€
Rubrica – 040701A000 - Centro de Mediação e Arbitragem de Conflitos da Construção e do Imobiliário – 300.000€
Rubrica - 040701B000 - CEDIPRE – 5.000€

As verbas a transferir para a Autoridade da Concorrência respondem ao imperativo legal estabelecido na Portaria nº 505/2010, de 12 de Julho, nos termos do disposto na alínea a) do nº 2 do artigo 14º da Lei Orgânica do InCI, aprovada pelo Decreto-Lei nº 144/2007, de 27 de Abril. Assim, o valor a transferir corresponde a 6,25% do produto das taxas cobradas pelo InCI em conformidade com as Leis que regulam as actividades do sector, relativas ao último exercício em que tenha contas fechadas.

No âmbito das competências atribuídas ao InCI, continua a verificar-se a necessidade da implementação de um Centro de Mediação e Arbitragem para resolução de conflitos no sector da construção e do imobiliário.

Por outro lado, o InCI continua a apostar no relacionamento com organismos, públicos e privados, cuja esfera de acção se relacione, de forma directa ou indirecta, com a actividade da construção e do imobiliário, de forma a criar sinergias que potenciem e melhorem as atribuições do Instituto. É o caso do protocolo com o Centro de Estudos de Direito Público (CEDIPRE) da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, a partir do qual o InCI pode beneficiar de formação no âmbito das actividades reguladas pelo Instituto.

DESPESAS DE CAPITAL

No agrupamento 07 estão previstas verbas no montante global de 2.384.466€.

O InCI dará continuidade ao desenvolvimento dos projectos informáticos no âmbito das actividades relacionadas com o Código dos Contratos Públicos, nomeadamente a constituição e gestão do Portal dos Contratos Públicos (Portal Base) e respectivo Observatório das Obras Públicas, para além de melhoramentos ao nível do Portal do InCI e da Intranet.

Igualmente continuará a apostar-se no desenvolvimento de iniciativas estratégicas com vista à

melhoria da competitividade e da sustentabilidade das empresas do sector, nomeadamente em projectos como o Projecto **"IC-BENCH"** (Indicadores de desempenho e produtividade das empresas de construção).

A par destas atribuições serão desenvolvidos novos projectos, como o sistema de gestão documental, o projecto electrónico para o Bilhete de Identidade do Imóvel e o estabelecimento de protocolos com entidades públicas para partilha de dados por via electrónica.

Notas para preenchimento:

Deve conter, de forma global e sintética, toda a informação necessária para a compreensão dos valores mais relevantes, por grandes agregados, indicando os pressupostos subjacentes às previsões de despesa, sendo que:

- no Agrupamento de Despesas com o Pessoal os valores devem ser coerentes com a informação constante do Anexo II (Quadros 1 e 2) e do Mapa de Pessoal aprovado pela Tutela;
- nos Agrupamentos de Transferências correntes (04) e de capital (08) deverá ser indicada a finalidade da transferência e o fundamento legal;
- devem ser indicadas as despesas integradas em programas orçamentais, quando existam;
- salientar outras despesas que se considere relevante destacar, designadamente, as inscritas em "Activos e Passivos Financeiros", "Estudos, pareceres, projectos e consultadoria", "Outros trabalhos especializados" e rubricas relativas a material de transporte;
- destacar as despesas orçamentadas em **"novas actividades"**.

*) Entenda-se por Grupo de F.F.: Receitas Gerais (11 e 31); Receita Própria (12/5); Financiamento U.E. (2/4); Créditos externos consignados pelo Estado (32) e Contração de Empréstimos (7).

MEMÓRIA JUSTIFICATIVA DO OE/2011 E DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE

Ministério: 10	
Sec. Estado: 01	
Capítulo: 03	
Divisão: 12	
SubDivisão: 00	
Valor Orçamentado: 33.235.601	unid: Euros

FUNCIONAMENTO

Justificação da Proposta de Orçamento de **Receita** por Grupo de Fonte de Financiamento *

O tipo de receita do InCI, encontra-se definido no artº 14º do Decreto-Lei nº 144/2007, de 27 de Abril e restante legislação do sector da Construção e do Imobiliário.

As receitas previstas para 2011 são classificadas essencialmente no Capítulo 04 – Taxas, multas e outras penalidades – 13.629.679€

Estes valores apresentam uma taxa de crescimento de cerca de 5,9% relativamente à previsão da execução para 2010 (12.869.568€), justificando-se esta variação com o aumento da actividade reguladora do InCI, prevendo-se a publicação, no próximo ano, de legislação reguladora para novos sectores do mercado da construção, designadamente Promoção Imobiliária, Administração de Condomínios, Avaliação de Imóveis e Aluguer de Equipamentos.

Notas para preenchimento:

Deve conter, de forma global e sintética, toda a informação necessária para a compreensão dos valores com maior variabilidade (face a anos anteriores) e ou inscritos pela primeira vez, indicando, no caso dos SFA, quando aplicável, a fundamentação legal bem como os pressupostos subjacentes às previsões de receita orçamentadas.

MEMÓRIA JUSTIFICATIVA DO OE/2011

Ministério: 10	
Sec. Estado: 01	
Capítulo: 03	
Divisão: 12	
SubDivisão: 00	
Valor Orçamentado:	unid: Euros

DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE

Declaro que a informação registada no Sistema de Orçamento de Estado (SOE) está conforme com a proposta de orçamento aprovada pela tutela, respeitando o plafond distribuído ao serviço/organismo.

O responsável máximo do Serviço

_____

(Assinatura digital certificada)

Data: (registada automaticamente)

Anexo X

MEMÓRIA JUSTIFICATIVA DO OE/2011 E DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE

Ministério:	
Sec. Estado:	
Capítulo:	
Divisão:	
SubDivisão:	
Valor Orçamentado:	unid: Euros

PIDDAC

Justificação da Proposta de Orçamento de **Despesa** por Grupo de Fonte de Financiamento *

Notas para preenchimento:

Deve conter, de forma global e sintética, toda a informação necessária para a compreensão dos valores mais relevantes, por grandes agregados, indicando os pressupostos subjacentes às previsões de despesa, sendo que:

- salientar as Despesas com o Pessoal que constam do Anexo I (Quadros 1 e 2) e do Mapa de Pessoal aprovado pela Tutela que estão imputadas ao PIDDAC;
- nos Agrupamentos de Transferências correntes (04) e de capital (08) deverá ser indicada a finalidade da transferência e o fundamento legal;
- salientar outras despesas que se considere relevante destacar, designadamente, as inscritas em "Activos e Passivos Financeiros", "Estudos, pareceres, projectos e consultadoria", "Outros trabalhos especializados" e rubricas relativas a material de transporte;
- destacar as despesas orçamentadas em **"novos projectos"** e justificar a não inclusão de projectos que constavam da programação plurianual em 2010 com previsão de despesa em anos seguintes (Mapa XV);
- destacar aumentos significativos no custo total do projecto face ao previsto em 2010 no Mapa XV.

*) Entenda-se por Grupo de F.F.: Receitas Gerais (11 e 31); Receita Própria (12/5); Financiamento U.E. (2/4); Créditos externos consignados pelo Estado (32) e Contração de Empréstimos (7).

MEMÓRIA JUSTIFICATIVA DO OE/2011 E DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE

Ministério:	
Sec. Estado:	
Capítulo:	
Divisão:	
SubDivisão:	
Valor Orçamentado:	unid: Euros

PIDDAC

Justificação da Proposta de Orçamento de **Receita** por Grupo de Fonte de Financiamento *

Notas para preenchimento:

Deve conter toda a informação necessária para a compreensão dos valores com maior variabilidade (face a anos anteriores) e ou inscritos pela primeira vez, indicando, no caso dos SFA, quando aplicável, a fundamentação legal bem como os pressupostos subjacentes às previsões de receita orçamentadas.

MEMÓRIA JUSTIFICATIVA DO OE/2011

Ministério:	
Sec. Estado:	
Capítulo:	
Divisão:	
SubDivisão:	
Valor Orçamentado:	unid: Euros

DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE

Declaro que a informação registada no Sistema de Orçamento de Estado (SOE) está conforme com a proposta de orçamento aprovada pela tutela, respeitando o plafond distribuído ao serviço/organismo.

O responsável máximo do Serviço

_____

(Assinatura digital certificada)

Data: (registada automaticamente)

ANEXO I

Orçamentação das despesas com pessoal

QUADRO 1

Ministério: OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES e COMUNICAÇÕES
Serviço: InCI - Instituto da Construção e do Imobiliário, I.P.

Código	Descrição	Nº de Efectivos no mapa de pessoal de 2010 e) (artº 5º LVCR)	Nº Efectivos previstos a 31-12-2010 f)	Valor previsto para 2010 (€)	Nº de Efectivos Orçamentados para 2011 e)	Valor Orçamentado para 2011 (€) a)
1	**CARGOS NÃO INSERIDOS EM CARREIRAS**	**15**	**16**	**1.010.313**	**16**	**982.157**
1.001	**Dirigentes**	**12**	**13**	**791.985**	**13**	**709.737**
1.001.01	Direcção superior de 1º grau					
1.001.02	Direcção superior de 2º grau					
1.001.03	Direcção intermédia de 1º grau	7	7	449.779	7	403.187
1.001.04	Direcção intermédia de 2º grau	5	6	342.206	6	306.549
1.001.05	Direcção intermédia de 3º grau					
1.001.06	Direcção intermédia de 4º grau					
1.001.07	Direcção intermédia de 5º grau					
1.002	**Não Dirigentes**	**3**	**3**	**218.328**	**3**	**272.420**
2	**CARREIRAS GERAIS**	**100**	**123**	**2.780.459**	**129**	**3.613.050**
2.001	Assistente Operacional	4	4	47.322	4	47.322
2.002	Assistente Técnico	34	53	776.891	53	1.058.782
2.003	Técnico Superior	62	66	1.956.247	72	2.506.946
3	**CARREIRAS ESPECIAIS**	**15**	**15**	**619.905**	**15**	**624.254**
3A	Defesa e Segurança b)					
3B	Outras	15	15	619.905	15	624.254
4	**CARREIRAS/CATEGORIAS SUBSISTENTES c)**					
9	**CARREIRAS NÃO PREVISTAS**					
10	**Restantes rubricas das Despesas com Pessoal não enunciadas acima d)**			**110.736**		**327.44**
	TOTAL	**130**	**154**	**4.521.413**	**160**	**5.546.90**

A. Flores de Andrade
Presidente
do Conselho Directivo

ANEXO I

Orçamentação das despesas com pessoal

QUADRO 2

Ministério: OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES e COMUNICAÇÕES
Serviço: InCI - Instituto da Construção e do Imobiliário, I.P.

Descrição	Valor Previsto para 2010(€) a)	Valor Orçamentado para 2011 (€) a)
Pessoal em funções	4.241.629	4.981.110
Alterações obrigatórias de posicionamento remuneratório	2.518	8.200
Alterações facultativas de posicionamento remuneratório	1.973	11.000
Recrutamento de pessoal para novos postos de trabalho	183.199	233.301
Prémios de Desempenho	11.656	29.400
Restantes Despesas com Pessoal:		
Encargos com Saúde (01 03 01)	35.000	118.505
Pensões de Reserva e Outras (01 03 07-08-10)	20.349	60.190
Outras Despesas com Pessoal	25.089	105.200
TOTAL	**4.521.413**	**5.546.906**

A. Flores de Andrade
Presidente
do Conselho Directivo